

Bourdieu e a sociologia do esporte

Contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos

Juliano de Souza e Wanderley Marchi Júnior

Introdução

As contribuições da teoria sociológica de Pierre Bourdieu na construção de um estatuto epistemológico para a sociologia do esporte são inquestionáveis¹. Talvez, entre os grandes nomes da chamada vanguarda sociológica internacional, Bourdieu, ressalvado o caso de Norbert Elias e Eric Dunning – que desenvolveram uma série de análises teóricas consideradas pioneiras nesse campo investigativo a partir do início dos anos 1960, tal como nos aprouve sugerir em outros textos (Souza e Marchi Júnior, 2010b; Souza *et al.*, 2014a) –, figure como um dos principais autores a ter desenvolvido um *corpus* teórico sólido e sofisticado que permite compreender a rigor o fenômeno esportivo moderno e a constituição daquilo que, com base em seu próprio léxico e ferramentas conceituais, denominou de campo dos esportes.

Como é de conhecimento, Bourdieu não foi um sociólogo do esporte tampouco um sociólogo da cultura, da educação, da política, da ciência, da religião... se retomarmos esses universos isoladamente. Em vez de uma apropriação estanque dos textos de Bourdieu que versam sobre essas temáticas, com o propósito de defender que ele foi sociólogo disso ou daquilo em um exercício taxionômico pouco produtivo, o mais correto a argumentar é que o autor francês desenvolveu uma abordagem holística em sociologia – esta sim aplicável ao estudo dos diferentes domínios estruturantes

1. Sobre essa premissa, ver Souza e Marchi Júnior (2010a) e Souza (2011).

da sociedade moderna – e, mais que isso, legou-nos um modelo macroexplicativo do mundo social que permite estabelecer uma série de conexões entre o que se passa no interior de cada um desses microcosmos com crenças próprias – esses campos relativamente autônomos – e a estrutura do campo do poder.

Evidente que algumas dessas esferas sociais, dotadas de relativas particularidades, foram estudadas mais a rigor pelo autor e ocuparam um lugar central em sua produção intelectual. É o caso, por exemplo, da temática da educação, que recebeu um tratamento teórico vigoroso no conjunto da obra de Bourdieu e que foi alvo de estudos empíricos bastante precisos e volumosos (Catani *et al.*, 2001; Nogueira e Nogueira, 2002; Medeiros, 2007; Medeiros e Marchi Júnior, 2009), culminando com a produção de obras de relevo e impacto no campo da sociologia da educação e no campo sociológico como um todo, a exemplo de *Les héritiers* (1964), *La reproduction* (1970), *Homo academicus* (1984) e *La noblesse d'État* (1989). O esporte, por sua vez, recebeu um tratamento menos rotineiro na trajetória de pesquisa do autor francês quando comparado a outros domínios investigativos, muito embora a densidade teórica e a expressividade das análises empíricas tão caras ao empreendimento sociológico de Bourdieu tenham sido mantidas ao retomar ainda que pontualmente esse objeto, sobretudo, quando evocou os bens e as práticas esportivas através de levantamentos estatísticos em sua obra magna *La distinction* (1979) – uma contribuição inovadora à teoria geral das classes sociais e na qual, *grosso modo*, analisou os mecanismos de diferenciação e estratificação social no contexto francês a partir das correlações entre “gosto de classe” e “estilos de vida” em um exercício ferrenho de desnaturalização que lhe permitiu perceber, entre outras coisas, que as “classes de gosto” restituídas em seu modelo eram a expressão de uma distribuição social desigual e injusta das competências culturais, escolares e técnicas – e procurou relacioná-las a um conjunto maior de práticas que são ao mesmo tempo causa e efeito de determinados *habitus* de classe.

Além desse programa de pesquisa evocado sobre os bens e práticas esportivas, programa esse herdado, aperfeiçoado e minuciosamente desenvolvido na França, sobretudo, por Christian Pocielo, Jacques Defrance, Jean-Paul Clément, Georges Vigarello, entre outros (Callède, 2007; Defrance, 2011), Bourdieu também teceu outros tipos de contribuições efetivas para a constituição de um campo investigativo em sociologia do esporte, a começar pela própria França, quando, no ano de 1979, por exemplo, ministrou por alguns meses no Institut National du Sport et de l'Éducation Physique (Insep), localizado em Paris, um curso sobre métodos de pesquisa com esporte, apontando a importância de associar às técnicas de *survey* um quadro teórico abrangente que permitisse interpretar de forma mais segura esses dados, tal como passível de argumentar com base em Clément (1995), Vigarello

(2005), Callède (2007) e Defrance (2011). Somadas a essas intervenções professorais, destaca-se também o esforço de Bourdieu em trazer o esporte e os processos a ele associados para o editorial da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales (ARSS)*, esforço traduzido em vida na reserva, sobretudo, de quatro edições específicas desse periódico para discussão do fenômeno esportivo².

Em que pesem, no entanto, essas inserções e o quanto elas são sintomáticas do empenho de Bourdieu em chamar o esporte para a hierarquia dos objetos legítimos em sociologia, não é delas que nos ocuparemos neste texto. Tratamos aqui, mais precisamente, daquele que julgamos ser o principal legado teórico de Bourdieu para o estudo sociológico do esporte, qual seja, a sistematização de um *modus operandi* que permite compreender a estruturação dessa prática como um campo regido por leis de oferta e demanda e, na esteira dessa linha investigativa, demonstrar como o esporte é apropriado a partir de uma economia simbólica peculiar que atualiza as divisões do mundo social e, muitas vezes, reforça mecanismos de dominação. Procuramos, portanto, retomar o programa bourdieusiano para sociologia do esporte partindo de uma abordagem exaustiva dos textos em que o fenômeno esportivo foi alvo das reflexões de Bourdieu, sem cair, todavia, no equívoco, aqui mesmo já apontado, de isolar essas análises das demais que permeiam sua obra como um todo. Evidentemente que, ao nos centrarmos nesse objetivo, estamos explicitando um processo de apropriação, em alguns momentos ortodoxos e em outros mais flexíveis, procurando então dar ênfase àqueles aspectos metodológicos e analíticos da teoria sociológica de Bourdieu que possibilitam avançar na leitura crítica da realidade esportiva e, mais que isso, representam ganhos no tratamento teórico do objeto em tela.

Para dar conta dessa análise, o texto foi dividido em três eixos de discussão. Na primeira parte, ambicionamos apresentar, de forma bastante abreviada, a estrutura metateórica que animou o empreendimento sociológico de Bourdieu e localizar a teoria dos campos no bojo das questões epistemológicas suscitadas. Já no segundo bloco analítico, procuramos restituir o modo com que o esporte foi concebido por Bourdieu como um problema sociológico, apontando as críticas que o autor endereça ao esporte-espetáculo e os procedimentos que o autor sistematiza e sugere para analisar o campo esportivo moderno e os diferentes subcampos esportivos. Por fim, recuperamos algumas críticas direcionadas na literatura sociológica ao referencial de Bourdieu e sugerimos que uma “apropriação inventiva” de seu modelo teórico pode ser útil no intuito de interpretar alguns processos esportivos levados a efeito na

2. Trata-se dos números temáticos organizados por Bourdieu na condição de editor-chefe da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*: vol. 2, n. 6, 1976; vol. 79, 1989; vol. 80, 1989; vol. 103, 1994.

sociedade moderna e, no lastro desse exercício, matizar algumas tensões internas de sua teoria, ao menos no que se refere à retomada da economia simbólica do esporte tal como proposta nos textos que dedicou ao assunto.

Questões teóricas e epistemológicas

Bourdieu inaugurou e estruturou ao longo de sua trajetória acadêmica um modelo explicativo do mundo social com o intuito de superar a antinomia epistemologicamente infundada que se instituiu no campo das ciências humanas e sociais entre agente e estrutura ou, nos termos de Elias (1994a; 2011), entre indivíduo e sociedade. Na superação desse dualismo, além de uma série de outras oposições correlatas a esta última, tais como sujeito/objeto, subjetivo/objetivo, idealismo/materialismo, empiria/teoria, atomismo/holismo etc., é que insurge e repousa sua noção de conhecimento praxiológico sistematizada em seu reconhecido texto “Esboço de uma teoria da prática” de 1972, mas em muitos aspectos antecipada em seus estudos etnográficos sobre as relações camponesas na região do Béarn e na Argélia cabila com base no uso do conceito de *habitus* que havia tomado de empréstimo da tradição aristotélico-tomista, conforme discutido por Wacquant (2006).

A noção de conhecimento praxiológico é de fundamental importância na arquitetura teórica bourdieusiana e, de certa maneira, faz as vezes de metateoria sobre a qual Bourdieu desenvolve e funda a teoria dos campos de (re)produção dos bens culturais e simbólicos. Essa noção, por sua vez, é mais bem compreendida e dimensionada quando localizamos e situamos as posições epistemológicas de Bourdieu no contexto da produção intelectual francesa (Wacquant, 1997). Tal noção torna-se também mais nítida à medida que reconhecemos em consonância com Vandenberghe (2010, p. 44) que “o ‘núcleo duro’ metacientífico e não falseável do programa progressivo de pesquisa de Bourdieu é formado por uma sofisticada síntese entre o racionalismo de Bachelard e o relacionismo de Cassirer”, síntese essa que o próprio Bourdieu acabou reconhecendo explicitamente no texto-chave intitulado “Introdução a uma sociologia reflexiva”, publicado no livro *O poder simbólico* (Bourdieu, 1989c).

Quanto à estrutura metateórica que anima a produção sociológica de Bourdieu, Vandenberghe (2010), a partir de uma crítica interna à teoria bourdieusiana das práticas, tece uma série de observações esclarecedoras de modo a explicitar que a teoria do conhecimento preconizada pelo autor francês no conjunto de sua obra, além de reportar e transcender à tradição sociológica durkheimiana de modo a romper com toda espécie de espontaneísmo e ideologia, como pudemos indicar em outra ocasião (Souza e Marchi Júnior, 2010a), também remete a uma síntese epistemológica particular e inventiva consubstanciada mutuamente no racionalismo dialético

proposto pelo filósofo francês Gaston Bachelard e no relacionalismo aplicado que marcou a obra do filósofo alemão Ernst Cassirer:

Funcionando como uma verdadeira embreagem da teoria do campo e do *habitus* científico-sociológico, sistema de esquemas mais ou menos dominados pela interiorização da teoria e aplicação repetida de seus princípios abstratos em uma pesquisa de campo concreta, a teoria do conhecimento sociológico prescreve ao sociólogo conquistar o fato científico contra o senso comum – é o momento bachelardiano da “ruptura epistemológica” – e construir o sistema completo de relações objetivas sobredeterminando a manifestação empírica do objeto, tal como ele se apresenta à observação – é o momento cassireriano da construção do objeto científico como estrutura relacional (Vandenberghe, 2010, pp. 152-153).

De fato, Bourdieu entende que o *métier* de sociólogo requer uma espécie de conversão pessoal aos princípios estruturantes de sua teoria do conhecimento sociológico que, como já dissemos, dá suporte e fundamentação à sua teoria dos campos. Com Bachelard, mas também com Durkheim, Bourdieu argumenta que é necessário romper com todas aquelas variações de “sociologia espontânea”, ou seja, com aquelas interpretações, de teor acadêmico ou não, que acabam sendo coniventes com a auto-compreensão simplista, imediatista e, muitas vezes, falsa que os agentes conservam acerca do mundo social e também das posições que eles ocupam no mundo. Ao mesmo tempo, é preciso construir o objeto segundo os princípios de construção do próprio objeto, o que, no limite, pressupõe o privilégio epistemológico do pesquisador na explicação dos fatos sociais (totais), mas sem abrir mão ou desconsiderar o sistema objetivo relacional constituído entre as posições que os agentes ocupam no seio da estrutura que lhes informa uma razão de agir tornada corpo (Bourdieu *et al.*, 1999).

Nesse sentido, podemos dizer que Bourdieu recorre a Cassirer com o propósito maior de se prevenir do “feiticismo dos conceitos e das teorias” e, assim, demonstrar que o uso de sua noção de campo é uma maneira de se construir o objeto e demonstrar que “o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (Bourdieu, 1989c, p. 27). Diferentemente, no entanto, de Cassirer e de outros neokantianos, Bourdieu não pensa as práticas sociais tão somente como “formas simbólicas”, ou seja, como “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos”, e por meio das quais então a “objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes” (*Idem*, p. 8).

Ao lado, portanto, dessa “perspectiva estruturante” de apreensão prática do mundo social, Bourdieu também recobra uma “perspectiva estruturada” de compreensão deste mesmo mundo e, mais que isso, procura reconciliá-las em um movimento

dialético que pressupõe a “interiorização da exterioridade” e a “exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 2003a, p. 53), instituindo uma lógica da prática ou, melhor dizendo, um verdadeiro senso prático que acabou se convertendo na fórmula amplamente difundida e reconhecida nos mais distintos núcleos de produção e teorização sociológica contemporânea sob o crivo de conhecimento praxiológico, da praxiologia ou, simplesmente, da teoria das práticas de Bourdieu.

Vale lembrar que a praxiologia de Bourdieu insurge justamente para demonstrar como objetividade e subjetividade se entrelaçam e se constituem em dois momentos de uma mesma operação epistêmico-social. Essa percepção, por conseguinte, além de devedora ao caráter de sua própria sociologia reflexiva que conserva como traço indelével e marcante ser uma sociologia da sociologia e, por isso, uma teoria do conhecimento sociológico sem a qual não se faz uma teoria adequada do mundo social, é que torna possível a Bourdieu pleitear uma cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo, entre ação e estrutura, entre as esferas de subjetividade e objetividade. Em outros termos, o conhecimento praxiológico procura superar a antinomia incabível que se firma entre aquilo que, por um lado, poderíamos denominar de uma física social objetivista e, por outro lado, de uma fenomenologia social traduzida em uma espécie de “antropologia imaginária do subjetivismo” (Bourdieu, 1989c; 2003a; 2009).

Portanto, é no sentido de conciliar essas duas formas de conhecimento, muito embora se mantenha basicamente a ideia de objetividade das relações sociais, tendo em vista que “o conhecimento praxiológico não anula as aquisições do objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve de excluir para obtê-las” (Bourdieu, 2003a, p. 40), que Bourdieu sistematiza uma teoria da prática que como prática evoca:

[...] contra o materialismo positivista, que os objetos de conhecimento são *construídos*, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas. [...] Trata-se de escapar ao realismo da estrutura ao qual o objetivismo, momento necessário da ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, conduz necessariamente quando hipostasia essas relações ao tratá-las como realidades já constituídas fora da *história* do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social: para isso, é preciso retornar à prática, lugar de dialética do *opus operatum* e do *modus operandi*, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos *habitus* (Bourdieu, 2009, pp. 86-87).

Nesse particular, o que se coloca em evidência na teoria praxiológica de Bourdieu é que as práticas precisam ser apreendidas a partir de uma lógica da prática ou, melhor dizendo, de um senso prático. Bourdieu se opõe então mutuamente ao intelectualismo que introduz uma relação intelectual com o objeto e substitui a relação prática com a prática (*Idem*, p. 57); ao objetivismo que ao constituir um modelo para explicar as práticas trata suas construções como realidades dotadas de uma eficácia que, de antemão, determina e constringe as práticas (*Idem*, p. 62); às teorias espontâneas das práticas que explicam as práticas como se elas tivessem por princípio uma obediência consciente às regras (*Idem*, p. 66); e, por fim, à teoria do “ator racional” que reduz as práticas a um produto das motivações conscientes dos agentes dirigidas, por exemplo, a atingirem fins estritamente econômicos de acúmulo (*Idem*, pp. 83-84).

Contra todas essas elaborações que reportam basicamente às tensões estabelecidas entre o objetivismo e o subjetivismo, Bourdieu propõe uma economia das práticas em que “a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos” (Wacquant, 2007, p. 66). Para superar então essa antinomia reinante e propor uma compreensão e explicação do mundo social em que as dimensões objetivas e estruturadas são tratadas em relação às dimensões subjetivas e estruturantes, é que Bourdieu desenvolve ao longo de sua obra uma abordagem que ficou conhecida como estruturalismo genético e que se sintetiza na equação “campo + *habitus* + capitais = práticas”. Cabe notarmos que tais categorias analíticas sistematizadas em um intervalo de tempo relativamente curto³ insurgem como noções operatórias que precisam ser postas para funcionar na pesquisa empírica e que, ao lado do conceito de violência simbólica e dominação simbólica, constituem a espinha dorsal da teoria sociológica de Bourdieu.

Oportuno ressaltar, já no lastro imediato desse último argumento exposto, a condição de que qualquer tentativa de levar a efeito uma “apropriação rigorosa” do referencial de Bourdieu não pode prescindir do conhecimento e do reconhecimento de que esses conceitos-chave que dão suporte à teoria dos campos são relacionais no sentido que funcionam mais ou menos ao mesmo tempo no exercício de apreensão

3. A esse respeito, Vandenberghe faz algumas considerações elucidativas e as desenvolve nos seguintes termos: “Mergulhando freneticamente em todo tipo de pesquisas sociológicas sobre toda espécie de objetos e sujeitos (fotografia, revistas em quadrinhos, gosto cultural, Heidegger etc.), o gênio da sociologia desenvolveu, no escopo de poucos anos (1966-1972), uma teoria total do mundo social. Bourdieu estava apenas nos seus trinta e tantos anos quando formulou, no nível mais alto de abstração e com máxima precisão conceitual, as teorias inter-relacionadas do “campo”, do *habitus* e da “violência simbólica” que formam a espinha dorsal do seu programa progressivo de pesquisa sobre a reprodução das estruturas de dominação” (Vandenberghe, 2010, p. 90).

teórica do mundo social e dos microuniversos que o compõem. Em outras palavras, se formos ou ambicionarmos levar a rigor a estrutura metateórica e teórica formulada e constantemente revisitada pelo autor, logo perceberemos que seus conceitos não devem ser trabalhados isoladamente, até mesmo para não esbarrarmos nas próprias reificações e reducionismos contra os quais os mesmos foram originalmente pensados e evocados.

Nesse sentido, o grande desafio imposto aos pesquisadores que desejam trabalhar com a teoria de Bourdieu é justamente construir esse “espaço relacional dos possíveis” que é o campo, sem perder de vista que tal *locus* só existe em função dos agentes dotados de um *habitus* específico, que constitui o campo e as crenças que nele se engendram e atualizam as práticas, ao mesmo tempo que esse espaço relacional de disputas pela definição das posições no campo se faz devedor e também introduz formas específicas de energia social que, se num nível seguinte, constituem-se no móvel das lutas por reconhecimento e prestígio nesse “espaço relacional dos possíveis”, é porque os agentes que trazem o senso do jogo e as crenças do campo impressas no corpo, por um nascimento nesse *locus* ou por um trabalho de investidura, se predispõem a dedicar suas vidas ao jogo, sem necessariamente terem planejado tal investimento. A respeito desse entrelaçamento dialógico entre os conceitos operacionais de sua teoria no sentido de fazer valer uma compreensão prática do mundo, Bourdieu argumenta que:

A ignorância de tudo o que é tacitamente concedido por meio do *investimento* no campo e o *interesse* que se tem em sua própria existência e em sua perpetuação, a tudo que ali se joga, e a inconsciência dos pressupostos impensados que o jogo produz e reproduz sem cessar, reproduzindo assim as condições de sua própria perpetuação, são tanto mais totais quanto a entrada no jogo e nos aprendizados associados se efetuaram de maneira mais insensível e mais antiga, sendo o limite evidentemente nascer no jogo, nascer com o jogo (Bourdieu, 2009, p. 110).

Como o excerto exemplarmente revela, Bourdieu, a partir da metáfora do jogo, se propõe a chamar a atenção para o fato de que o campo – o jogo propriamente dito – e o *habitus* – o senso ou sentido do jogo – são produtos de um “encontro quase milagroso” entre a história objetivada nas instituições e nas estruturas e a história incorporada nos corpos ou feita corpo (*Idem*, p. 108). O autor procura também nesse trecho apontar de forma incisiva para o fato de que as condições de circulação e de participação nas lutas de determinado campo consistem, sobretudo, em nascer no jogo, trazer o jogo na pele, quase que como uma segunda natureza, ou seja, como disposições duráveis incorporadas.

É por essa razão que Bourdieu adverte que: “o *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza” (Bourdieu, 1990a, p. 82). Todavia, vale notarmos que muitas vezes os agentes não nascem no jogo – no sentido forte com que essa metáfora é evocada nos escritos do autor francês –, mas, a partir de um trabalho árduo e lento, terminam por se converterem às razões do jogo e, em função disso, a fazerem parte do jogo. Conforme reitera Bourdieu: “não se entra nesse círculo mágico por uma decisão instantânea da vontade, mas somente pelo nascimento ou por um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento” (Bourdieu, 2009, p. 111). A dialogia, portanto, entre o jogo e o sentido do jogo é pensada por Bourdieu a partir da consideração das contingências históricas, ou seja, como resultado de um processo de construção social que mobiliza agente e estrutura em uma dinâmica mediada por uma rede de conflitos – e é aí que a noção de capitais insurge como ferramenta analítica central no modelo explicativo bourdieusiano – tal como sugeriremos na sequência ao retomarmos sua agenda de pesquisa sobre o esporte.

O programa bourdieusiano para sociologia do esporte

Avançando no exercício de exposição da arquitetura conceitual de Bourdieu – e com vistas a conferir um maior grau de aprofundamento nesses conceitos centrais de sua teoria bem como uma demonstração mais efetiva de que eles operam correlatamente na interpretação do mundo social e permitem, por assim dizer, identificar leis de reprodução social instituídas sob a forma de fundamentos ocultos de dominação –, convém nos reportarmos ao seu programa de pesquisa dedicado à sociologia do esporte no propósito de esclarecer como suas ferramentas conceituais foram originalmente acionadas por ele próprio com intuito de demonstrar a forma com que o fenômeno esportivo ou, melhor dizendo, as práticas que comumente aceitamos e designamos sob a unidade nominal de esporte moderno poderiam ser lidas a partir dos preceitos que integram sua economia geral dos campos.

Três textos de Bourdieu – produzidos na virada dos anos de 1970 para os anos de 1980, em um contexto em que, segundo sugerem Callède (2007) e Defrance (2011), a análise bourdieusiana do sistema esportivo, endossada e desenvolvida por Poccio, Vigarello, Clément, entre outros autores, passaria a dividir cena com outras interpretações vigentes no campo da sociologia do esporte na França, a propósito, por exemplo, da teoria freudo-marxista do esporte de Jean-Marie Brohm e de um ou outro trabalho pontual sobre o fenômeno esportivo inspirado nas abordagens de Crozier ou então Touraine – versam sobre como os consumos e as práticas esportivas assumem um papel preponderante nesse recenseamento, a saber, os artigos “Como é possível ser

esportivo”⁴ (Bourdieu, 1983b) e “Programa para uma sociologia do esporte”⁵ (Bourdieu, 1990b), além do seu clássico livro *A distinção*, datado de 1979 (Bourdieu, 2008a). Nesse último texto, Bourdieu retomou o esporte ao lado de outros bens culturais e de entretenimento com o intuito maior de demonstrar a partir da análise estatística e de outras técnicas de pesquisa empírica que os “gostos de classe” – *habitus* incorporado em referência a determinado volume global de capital cultural e econômico – não são derivações subjetivas, acidentais, disformes e frutos das motivações conscientes dos atores, mas, em vez disso, se apresentam como um sistema de disposições constituído e acionado consensualmente no sentido de classificar e distinguir, aproximar e distanciar objetivamente indivíduos e grupos no “espaço social de possíveis”.

Há razões e motivos suficientes para vislumbrarmos nesses textos a existência de uma teoria do esporte atenta a desvelar o aparecimento do campo esportivo moderno, tendo como mote a reflexividade epistêmica, a preocupação com a historicidade de formação deste *locus*⁶ e a reconstrução de um espaço esportivo alinhado à lógica da distinção (Souza e Marchi Júnior, 2010a). Trata-se, além disso, de textos que apresentam possibilidades de leitura do fenômeno esportivo considerando as disputas do amadorismo contra o profissionalismo; os usos e os sentidos dominantes que as

4. Esse texto foi apresentado pela primeira vez no Congresso Internacional do Hispa, realizado no Instituto Nacional do Esporte e da Educação Física (Insep) em Paris no ano de 1978. Com fundamentalmente a mesma estrutura esse artigo foi publicado no periódico *Social Science Information sur les Sciences* em dezembro também do ano 1978. Para maiores detalhes, ver Bourdieu (1978).
5. Esse artigo foi originalmente apresentado no grupo de estudos “Vida física e jogos” em novembro de 1980 e como conferência de abertura ao VII Simpósio do ICSS, Paris, julho de 1983. Esse texto foi também publicado em *Sociology of Sport Journal* no ano de 1988. Ver Bourdieu (1988).
6. O papel do conhecimento histórico no propósito de compreender a estrutura de emergência e transformação dos diferentes campos sociais é central na abordagem sociológica de Bourdieu, conforme alertado por Chartier (2002). No entanto – e como já tivemos a oportunidade de advertir em outro trabalho, quando então discutimos a importância do saber histórico no programa bourdieusiano para a sociologia do esporte (Souza e Marchi Júnior, 2010a) –, o autor francês é mais afeito a uma abordagem descontinuísta, sincrônica e que objetiva identificar os pontos ocultos de ruptura histórica, diferentemente, por exemplo, de Norbert Elias, que se interessa pelos processos históricos de longa duração, pela diacronia e pela compreensão dos padrões mutáveis de interdependências ao largo da história. Essas diferenças marcantes no uso da história pelos dois autores e no estatuto atribuído ao conhecimento histórico em suas respectivas abordagens são inventariadas pelo próprio Bourdieu ao confrontar suas explicações para o surgimento dos esportes modernos às de Elias: “Além disso, Elias é mais sensível do que eu à continuidade histórica. A análise histórica de tendências de longo prazo sempre é suscetível de rupturas críticas ocultas. Tomemos o exemplo do programa de investigação histórica sobre os esportes, que Elias esboça no conhecido ‘Ensaio sobre os esportes e a violência’. Ao delinear uma genealogia contínua que vai desde os jogos da Antiguidade até os Jogos Olímpicos atuais, esse texto envolve o perigo de mascarar rupturas fundamentais introduzidas, entre outras coisas, pelo surgimento dos sistemas educativos, como os *colleges* ingleses e os internatos, assim como pela subsequente constituição de um “espaço dos esportes” relativamente autônomo. Não há nada em comum entre jogos rituais, como o *soule* medieval, e o futebol americano” (Bourdieu e Wacquant, 2008, pp. 129-130).

elites impuseram às práticas esportivas nas *public schools*; as lutas entre os organismos mantenedores do esporte; o divórcio entre o consumo e a prática esportiva; o desenvolvimento do espetáculo de entretenimento esportivo (Marchi Júnior, 2002; 2004); sem falar do programa para o estudo das disposições esportivas, isto é, dos usos do corpo no esporte e, no lastro desta, da dominação masculina historicamente engendrada no campo esportivo moderno (Salvini *et al.*, 2012).

Em suma, ao longo dos aludidos textos, Bourdieu reivindica uma sociologia científica do esporte que não encare essa prática de modo substancialista, ou seja, como um fim em si mesmo, como tampouco reduza suas propriedades aos imperativos de uma história política e econômica. Trata-se, portanto, de (re)construir estruturalmente a história dos bens e das práticas esportivas considerando esse espaço, a propósito dos demais campos sociais, como um *locus* dotado de uma relativa autonomia. Cabe frisar que o grau de autonomia dos campos pode ser inferido, entre outros meios, a partir do exame da estrutura de distribuição e tipos de capitais que orientam as relações de força em seu interior (Bourdieu, 1983a; 1989c). Outro fator do qual depende a relativa autonomia desses espaços se refere às épocas e às tradições nacionais, podendo também essa autonomia relativa ser proporcional ao capital simbólico acumulado no decorrer do tempo pela ação das gerações sucessivas (Bourdieu, 1996, p. 250).

Nesse sentido, uma das propriedades universais dos campos refere-se justamente ao grau de autonomia e heteronomia que eles apresentam. Dizemos que um campo é bastante autônomo quando a concorrência em seu interior é “pura” ou quando os agentes têm por clientes inevitavelmente os seus próprios concorrentes. Um campo heterônimo, por sua vez, é aquele que não tem condições e competências suficientemente desenvolvidas para refratar as forças externas, isto é, um campo que não oferece maiores resistências às demandas políticas ou econômicas (Bourdieu, 2003b). No conjunto de sua obra, Bourdieu constatou o campo artístico como o mais autônomo de todos os campos sociais, ao passo que o campo da mídia⁷ apresentou evidências

7. O campo midiático embora mencionado em vários momentos da obra de Bourdieu recebeu tratamento mais sistemático no livro *Sobre a televisão*. A tese que Bourdieu desenvolve nesse livro consiste basicamente na argumentação de que o campo midiático, em especial a partir do momento em que a televisão se tornou um veículo dominante neste espaço e, portanto, imprimiu em seu interior uma nova lógica de relações, funciona à base das influências exercidas pelo campo econômico e, além disso, impõe uma visão particular dos demais campos de produção dos bens culturais e, sobretudo, das lutas que se travam no interior do campo político. Dito de outro modo, trata-se de um campo pouco autônomo, isto é, muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural (Bourdieu, 1997a, p. 76) e, acima de tudo, de um espaço que impõe a realidade em outros campos “afetando o que aí se faz e o que aí se produz e exercendo efeitos muitos semelhantes nesses universos fenomenicamente muito diferentes” (*Idem*, p. 101).

e propriedades específicas de ser, entre todos esses microcosmos que possuem suas próprias lutas, o mais dependente das demandas externas.

Não obstante essas particularidades ponderadas, Bourdieu (1983a; 1989c; 1990a; 1998a; 2001, 2007) também ressalva ao desvelar leis gerais de funcionamento dos campos que tais espaços sociais distintos em seu grau de autonomia possuem normas de funcionamento invariantes, o que, por conseguinte, nos possibilita aplicar o que aprendemos e apreendemos sobre a estrutura de funcionamento de determinado campo, na interrogação e na interpretação das lutas de outros campos sociais (Marchi Júnior, 2004). Além disso, a economia geral dos campos que Bourdieu retoma e revisita ao longo dos anos prescreve a existência de uma homologia estrutural que garante e permeia a existência desses diferentes microcosmos, muito embora a forma com que tais campos funcionam a partir desses mecanismos comuns tende a variar e se apresentar como algo sempre em aberto e que o pesquisador, mediante a pesquisa empírica guiada e saturada por teoria, precisa se esforçar para preencher e trazer à tona.

É sempre necessário destacar que, para Bourdieu, todos os campos sociais possuem uma cronologia própria e constituem espaços estruturados de posições, onde há dominantes e dominados predispostos a disputar os diferentes capitais em jogo e as formas de acesso a eles por conta de trazerem o *habitus* impresso no corpo como esquemas de ação e categorias de percepção e avaliação da ação (Bourdieu, 1983a, p. 105; 2003a, p. 71). Em outros termos, tais microuniversos insurgem como espaços relacionais nos quais, por um lado, os dominantes, em razão de serem que vale a pena ser mantida a crença no jogo, buscam conservar a estrutura de distribuição de capitais, ou seja, a preservar a ortodoxia ou, como se diz, “tendo interesse em conservar e a conservar se conservando” (Bourdieu, 1983a, pp. 91-92), e, por outro lado, os dominados que também creem que vale a pena investir no jogo, mas, ao contrário dos estabelecidos, têm por objetivo instaurar a heresia, transformar a estrutura do campo e de acesso aos capitais e, com isso, emergir àquelas posições mais consagradas e de destaque.

Nesse propósito, além de apresentarem um *nomos* relativamente semelhante, ou seja, um mesmo conjunto de leis invariantes que regulamentam as ações dos agentes, todos os campos de reprodução simbólica, entre os quais se inclui o campo esportivo, desenvolvem uma *doxa* própria que é devedora à história e à pré-história de cada um desses microcosmos, ou seja, um senso comum que atribui lógica a esse *locus* onde se engendram lutas materiais e simbólicas e que é fruto de um movimento ou operação dialética que se introduz entre o *habitus* e o campo sob pressões histórico-estruturais específicas. É também sobre esse senso comum, feito crença e história objetivada e incorporada, que insurgem as estratégias que os agentes mobilizam para a subversão

ou a conservação da estrutura de determinado campo, assim como se originam as práticas que nele se acumulam, tal como revela exemplarmente o trecho a seguir:

É na medida e somente na medida em que os *habitus* são a incorporação da mesma história – ou, mais exatamente, da mesma história objetivada nos *habitus* e nas estruturas – que as práticas que engendram são mutuamente compreensíveis e imediatamente ajustadas às estruturas e também objetivamente combinadas e dotadas de um sentido objetivo ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendente às intenções subjetivas e aos projetos conscientes, individuais ou coletivos. Um dos efeitos fundamentais do acordo entre o sentido prático e o sentido objetivado é a produção de um *mundo do senso comum*, cuja evidência imediata se reveste da *objetividade* que o consenso sobre o sentido das práticas e do mundo assegura, isto é, a harmonização das experiências e o reforço contínuo que cada uma delas recebe da expressão individual ou coletiva (em uma festa, por exemplo), improvisada ou programada (lugares comuns, ditados), de experiências semelhantes ou idênticas (Bourdieu, 2009, pp. 95-96).

Imperativo frisar que esse tipo de movimentação relacional operada entre o *habitus* e o campo com vistas a permitir a produção e a reprodução do conhecimento primário que orienta, informa e organiza a vida prática das pessoas não significa, no limite, a edificação de uma crença apriorística na razão universal. Diferentemente, por exemplo, de Jürgen Habermas, que privilegia em sua teoria da ação comunicativa uma dimensão de consenso universal produzido e imperando no mundo da vida por meio de uma espécie de “ética comunicacional”, Bourdieu (1990a, pp. 45-46) coloca essa questão sempre de modo historicista indagando sobre quem tem interesse no universal e sobre as condições sociais que fizeram emergir campos relativamente diferenciados, onde determinados agentes demonstraram conservar interesse no universal⁸.

Em termos mais precisos, toda produção de consensos para Bourdieu – e sintomático disso é a perpetuação de um mundo do senso comum em que a *doxa* se apresenta como um consenso construído e atualizado a partir de categorias impensadas ou,

8. Algumas das diferenças notórias que se interpõem entre a teoria de Habermas e a de Bourdieu são formuladas pelo último autor nos seguintes termos: “A análise de essência da linguagem, e da “intercompreensão” entendida como *telos* que lhe seria logicamente imanente, se realiza assim numa teoria dita “sociológica” da comunicação “não violenta” (*zwanglos*) e numa “ética comunicativa” que (mera reformulação do princípio kantiano da universalização do juízo moral) não tem mais nada a ver com o que descobre uma sociologia das relações de poder simbólico e que também faz desaparecer pura e simplesmente a questão das condições a serem preenchidas tanto no domínio das relações interindividuais como na esfera política para que se possa instaurar o verdadeiro ‘reino dos fins’ (*Reich der Zweck*, como diz Kant nos *Fundamentos da metafísica dos costumes*) descritos sob o título de “agir comunicativo” (Bourdieu, 2001, pp. 81-82). Para uma crítica de Bourdieu à razão universal aludida e reivindicada pela teoria da ação comunicativa de Habermas, ver em especial o capítulo 3 do livro *Meditações pascalianas*, intitulado “Os três erros escolásticos” (Bourdieu, 2001).

melhor dizendo, de forma pré-reflexiva – sinaliza para a instituição performática de uma ordem social fundada na dominação simbólica e na naturalização das práticas sociais⁹. É importante, nesse caso, admitir, em conformidade com Bourdieu, que onde as práticas sociais se apresentam frequentemente naturalizadas aí está a atuar um poderoso sistema de desconhecimento do próprio mundo que abriga essas práticas e tem como principal mecanismo impor e fundar uma ordem de dominação simbólica sob a roupagem de uma arbitrariedade cultural apresentada como natural (Bourdieu, 1983a; 1989c; 1990a; 1996; 1997b; 1998a; 1998b; 2001; 2003a; 2007; 2008a; 2009).

Ao projeto de desvelamento crítico, inclusive de como se reitera e se reproduziu de forma não transparente ao longo dos tempos essa ordem fundada na dominação e no uso cada vez mais frequente e dissimulado da violência simbólica – isto é, daquela forma sofisticada de “violência branda, invisível, desconhecida como tal, escolhida tanto quanto sofrida, a da confiança, da obrigação, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, do dom, da dívida, do reconhecimento, da piedade, de todas as virtudes” (Bourdieu, 2009, p. 213) –, é que também se volta o empreendimento sociológico bourdieusiano, esteja em jogo o espectro de relações demandadas e negociadas no interior do campo político, econômico, burocrático, jurídico, jornalístico, religioso, teatral, da alta costura, da pintura, literário, das histórias em quadrinhos, editorial, universitário, científico, enfim, do campo esportivo que aqui está em voga e se coloca em problematização com maior afincamento e rigor.

No caso da delimitação teórica do campo de produção dos bens e das práticas esportivas compete, entretanto, advertir que esse tipo de crítica sugerida receberá um tratamento um tanto quanto diferenciado por parte de Bourdieu, ainda que não necessariamente equidistante do projeto crítico que sustenta originalmente sua obra. Uma primeira crítica que Bourdieu ensaia com relação ao esporte moderno reside sobre os próprios *loci* de sua gênese, a saber, nas *public schools* e nas universidades inglesas. Segundo o autor, o novo sentido dominante que foi impresso a alguns dos antigos jogos populares retomados nas *public schools* da Inglaterra vitoriana tinha por objetivo maior inculcar desde cedo nos filhos da burguesia os preceitos morais considerados caros ao seu estrato social¹⁰. Mas não se reduzia apenas a isso.

9. Para uma crítica às construções teóricas de Bourdieu acerca da dominação social, da violência simbólica e, sobretudo, da possível similaridade que seu modelo guardaria com as teorizações clássicas sobre ideologia, ver Celikates (2012).
10. José Sérgio Leite Lopes (1995) em ensaio bibliográfico intitulado “Esporte, emoção e conflito social” retoma essa leitura de Bourdieu e procura contrapor-la aos desenvolvimentos teóricos de Norbert Elias sobre a gênese dos esportes modernos no sentido de estabelecer uma complementaridade entre as duas perspectivas para compreender a difusão do futebol e sua transformação em espetáculo de massa.

Antes mesmo de tomar a feição e se apresentar como uma escola do caráter e da virilidade, quer dizer, como um meio pelo qual se era impresso nos *habitus* dos agentes uma vontade de vencer que se conformava às regras do jogo social – e essa ideia, por sinal, estava tendencialmente por trás da noção de amadorismo e da noção de *fair play* –, os esportes, seja entre os jovens burgueses seja entre os jovens pertencentes às classes dominadas, exerceram, desde sua invenção, a função política, eficaz e de baixo custo de manter esses agentes sob vigilância, disciplina, controle e fazendo-os, sobretudo, direcionar a violência (pacificada) contra os colegas em vez de exercê-la contra instalações, instituições, diretores, professores etc. (Bourdieu, 1983b, p. 146)¹¹. Trata-se de um uso econômico que, posteriormente, foi descoberto pelo Estado e que também se difundiu para todas aquelas instituições totais de que falara Goffman: igrejas, exército, partidos, indústrias, conventos, hospitais etc. Não por acaso que o esporte como uma “manipulação regrada do corpo” concorria decisivamente para obter-se uma adesão corporal – crença social incorporada – e talvez uma obediência que o espírito em estado de alerta poderia vir a recusar (Bourdieu, 1990b, p. 220).

Uma segunda crítica contundente que Bourdieu dirige ao fenômeno esportivo se refere ao caráter violento do esporte-espetáculo, que acaba acentuando a distância entre a prática e o consumo esportivo, de modo que essa divisão tende a direcionar os agentes cada vez mais ao consumo passivo e televisionado dos esportes e seus produtos e bens correlatos, à medida que fortalece o raio de ação simbólica da indústria dos especialistas e dos profissionais esportivos, sendo o caminho inverso o complemento dessa relação. Na compreensão de Bourdieu (*Idem*, p. 217), a estruturação progressiva de um campo dos profissionais esportivos tem como efeito mais insidioso gerar aquilo que chama de um processo de “desposseção dos leigos”, sendo estes últimos

11. Esse tipo de leitura empreendida por Bourdieu guarda semelhança com uma possível abordagem do esporte com base na produção intelectual de Michel Foucault, sobretudo, de sua fase genealógica marcada por textos como *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder* e pelos três volumes integrantes de sua *História da sexualidade*. A título de breve exercício teórico acerca dessa conjectura tecida, devemos mencionar que a máxima desse autor de que “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (Foucault, 2000, p. 130) se aplica bem para pensarmos o fenômeno esportivo moderno na condição de uma prática eminentemente disciplinar, tendo em vista o caráter de suas regras; a conformação geográfica do espaço de jogo demarcado por linhas, zonas e áreas; as funções específicas de cada jogador; as hierarquias bem definidas entre os agentes que integram o *locus* esportivo; os resquícios do militarismo e do higienismo, entre outras características. É possível, ainda, pensar na prática esportiva como estratégia política de “docilização dos corpos” ou, nos termos de Foucault ao especificar sobre o caráter coercitivo das disciplinas e sobre o momento histórico de aparição do poder disciplinar, como uma ferramenta que “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por um lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita” (Foucault, 2000, p. 119).

cada vez mais socializados no papel de “espectadores sem prática reduzidos a uma compreensão passiva” (*Idem*, p. 218). Posto em outros termos:

Mais do que os encorajamentos que o esporte dá ao chovinismo e ao sexismo, sem dúvida é pela separação estabelecida entre os profissionais, virtuosos de uma técnica exotérica, e os leigos, reduzidos ao papel de simples consumidores, e que tende a se tornar uma estrutura profunda da consciência coletiva, que ele exerce seus efeitos políticos mais decisivos: não é apenas no domínio do esporte que os homens comuns são reduzidos aos papéis de torcedores, limites caricaturais do militante, dedicados a uma participação imaginária que não é mais do que a compreensão ilusória da despossessão em benefício dos *experts* (Bourdieu, 1983b, p. 145).

Trata-se, pois, de um contraponto argumentativo pelo qual Bourdieu desnuda a violência performática do esporte-espetáculo, que se mantém basicamente à custa de, isto é, tem os serviços e os privilégios de seus proponentes, beneficiários e porta-vozes legítimos financiados pela formação de um contingente cada vez mais expressivo de consumidores e espectadores passivos do esporte espalhados pelo mundo, com um gosto e afeição orientados muito mais pela reprodução dessa prática em seu formato (tele)espetacularizado – e, portanto, balizado por essa perspectiva de assimilação – do que propriamente imbuído de disposições para o consumo ativo do esporte, ou seja, para sua vivência prática *in loco*.

Uma terceira e última crítica que Bourdieu vincula em seus textos que versam sobre o campo esportivo repousa no entendimento de que a distância social acaba se retraduzindo muito bem na lógica do esporte (Bourdieu, 1990b, p. 209). Essa proposição remete, em suma, ao esforço levado a cabo no livro *A distinção* justamente com o propósito de se formular um quadro estrutural teoricamente orientado que levasse em conta, entre outras coisas, as homologias estruturais existentes entre as diferentes práticas culturais e o espaço das classes sociais. O esporte visto então pela ótica de Bourdieu acaba instituindo e veiculando códigos de distinção e vulgaridade nas diferentes regiões do mundo social. No âmago desse processo, as práticas esportivas terminam também por reforçarem por meio de uma série de atributos e preceitos considerados legítimos e ilegítimos, superiores e inferiores, pertencentes a uma elite restrita ou então a uma massa heterogênea identificada comumente com aquilo que se entende por popular. Em suma, “o esporte e os bens culturais correlatos se tratam de práticas objetivamente classificadas e com potencialidade a se converter em práticas classificadoras, isto é, a se tornarem um lucro e expressão simbólica da condição de classe” (Souza e Marchi Júnior, 2010a, p. 308).

Em que pese a relevância teórica dessas críticas, é oportuno, no entanto, advertir que os usos teóricos que, como investigadores sociais, podemos fazer do modelo de

análise sociológica do campo esportivo não devem se resumir a confirmar e atestar a validade universal ou mesmo regional dessas conclusões de Bourdieu. Tampouco foi isso que o autor francês sugeriu com relação ao emprego de sua teoria, muito embora essa possibilidade de uso de seu referencial venha sendo multiplicada no campo acadêmico (Lahire, 2002a; 2002b). Cabe também frisar que se as críticas que Bourdieu apresentou em relação ao fenômeno esportivo reportam ao modo de pensar que seu esquema teórico-conceitual expresso na tríade “campo + *habitus* + capital” sugere, seus conceitos gerativos e a forma dinâmica com que eles se inter-relacionam remetem a uma proposta eminentemente reflexiva de articulação entre as dimensões empírico-teóricas, de modo que a teoria acaba sendo sempre um recurso que vem a ser reinterpretado em cada estudo particular sobre os mais diferentes campos de produção simbólica. Em outras palavras, a teoria macrorregional do mundo social proposta por Bourdieu fornece apontamentos para elaboração de teorias microrregionais.

Sobre o modelo relacional de análise do campo esportivo sistematizado por Bourdieu ao longo dos textos em que tratou com mais afinco dessa temática, poderíamos sintetizar a abrangência teórica que esse esforço prescreve em duas premissas principais. Uma primeira operação prática consiste em pensar um esporte em relação às outras práticas esportivas – como o próprio autor, de certo modo o fez, mobilizando o conhecimento histórico que detinha mais profundamente sobre futebol e rúgbi¹² e tecendo relações mais genéricas acerca de esportes como tênis, equitação, golfe, natação, lutas etc. – e, de maneira correlata, já retomar esse espaço estrutural dos esportes em relação ao espaço das classes sociais. Uma segunda coisa a ser feita e que remete, inclusive, ao primeiro exercício que o modelo em questão propõe dar conta e, mais que isso, à cumplicidade ontológica firmada entre o *habitus* e o campo,

12. A referência mais aprofundada ao rúgbi e ao futebol tem certamente relação com o fato de Bourdieu ter sido em sua juventude um ávido jogador de rúgbi e pelota basca conforme indica Wacquant (2002, p. 96) e reforça Chartier (2002, p. 163) nos seguintes termos: “E podemos pensar rapidamente que na história do século XX, tudo o que se remeteu à sociologia do esporte, à profissionalização, à transformação do campo, das práticas esportivas também contou com a sua contribuição. Isso foi muito importante, pois Bourdieu foi, na sua juventude, um jogador de rugby e gostava de esporte, gostava de rugby, e ao mesmo tempo pensou que este era um objeto sociológico legítimo, o que não era o caso na sociologia francesa depois da Guerra. Dedicar estudos ao esporte parecia completamente fora da legitimidade intelectual”. Não por acaso, portanto, é que o sociólogo francês – em uma das muitas ocasiões em que costumava evocar a lógica prática do esporte para explicitar a dialética entre o *habitus* e o campo – recorre ao seu esporte da juventude para descrever a postura do bom cientista-jogador na estrutura do campo científico, objetivando, como de costume, o sujeito objetivante: “Como um bom jogador de rugby sabe para onde vai a bola e se põe lá onde a bola vai cair, o bom cientista jogador é aquele que, sem ter a necessidade de calcular, de ser cínico, faz as escolhas que compensam. Aqueles que nasceram no jogo têm o privilégio do ‘inatismo’. Eles não têm a necessidade de serem cínicos para fazer o que é preciso quando é preciso e ganhar a aposta” (Bourdieu, 2004, p. 28).

recai sobre a necessidade de contextualizar as práticas esportivas e o espectro de representações e signos sociais a elas associadas como um resultado do encontro entre a oferta dos bens esportivos e a demanda desses mesmos bens ou, em outras palavras, em uma perspectiva de mediação entre a oferta esportiva exteriorizada no campo de maneira tendencialmente espetacular e as disposições inscritas nos agentes sob a forma de *habitus* consumistas.

Se o primeiro exercício prescreve uma possibilidade de leitura e explicação sociológica das funções simbólicas que o esporte exerce em sociedades altamente estratificadas e complexas como as nossas pelo espectro do acesso diferencial dos agentes aos volumes de capital econômico e cultural não necessariamente nessa ordem, o segundo exercício já tem por objetivo garantir ao pesquisador objetivar a própria evolução da prática esportiva ou de um esporte específico como o futebol de acordo com o ajustamento constante que se dá entre as dimensões de oferta da prática esportiva e as dimensões de procura dessa mesma prática em uma sucessão de atos que seguem a lógica das trocas econômicas sem, no entanto, se restringirem aos princípios heurísticos estruturantes de uma economia estritamente econômica. Trata-se, portanto, de reconstruir o campo esportivo tendo por base os pressupostos de uma economia simbólica que conserva os mecanismos de ação da economia econômica, todavia em uma direção eminentemente anti ou supraeconômica, se por econômico entendermos os cálculos racionais dos agentes dirigidos à obtenção de fins unicamente materiais.

Nesses termos, a história estrutural do esporte, tal como recobrada por Bourdieu, tem como seu principal objeto a dinâmica das transformações (e das rupturas) que se operam no próprio campo esportivo e nos subcampos que o compõem. No bojo desse investimento, a operação microssociológica que o modelo sugere consiste basicamente em determinar a estrutura de distribuição dos agentes no campo segundo sua participação nas relações de oferta e/ou consumo esportivo, de acordo com a idade, o sexo, a profissão etc. e com o uso do corpo demandado pelas práticas esportivas em que acabam se envolvendo, ao passo que a operação macrosociológica remete à necessidade de se correlacionar essas variáveis com o universo maior de práticas de entretenimento e de lazer tal como feito pelo próprio Bourdieu no livro *A distinção* com o intuito principal de estabelecer regularidades e correspondências estruturais que permitissem demonstrar, até mesmo por via da generalização estatística, que aquilo que chamamos de gosto é uma produção naturalizada devedora à história de classe desses agentes e grupos.

Tais procedimentos metodológicos, por sua vez, não se limitam à análise do campo esportivo; em vez disso, balizam a proposta de recenseamento histórico-estrutural de todos os campos sociais que receberam tratamento no *corpus* da obra bourdieusiana. Para se desenvolver então uma abordagem sobre qualquer campo

social é preciso primeiramente analisar a posição que ele ocupa diante do campo do poder. Em seguida, é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica no campo. Por fim, devem ser analisados os *habitus* dos agentes ou, melhor dizendo, os diferentes sistemas de disposições adquiridos em relação ao campo (Bourdieu e Wacquant, 2008, p. 143). A partir dessas indicações práticas é que se torna possível mapear (e, num nível subsequente, combater) as estratégias de reprodução social que tendem a manter intactas as estruturas de dominação simbólica na sociedade, uma vez que, se a história feita corpo e a história feita coisa – ou seja, as mesmas crenças incorporadas pelos agentes sociais também são exteriorizadas nos campos de produção simbólica e vice-versa – conservam relações íntimas com a manutenção de uma estrutura de distribuição (desigual) dos capitais, a estrutura do campo do poder, em consequência deste orquestramento, também tende a ser preservada e ortodoxamente perpetuada.

No âmago dessa lógica explicativa, a noção de *habitus* é das mais decisivas, uma vez que tal conceito, além de fazer ruir a dicotomia que se instaura entre o plano das estruturas e o plano da ação social, é que permite ao pesquisador avaliar se as crenças veiculadas no interior de determinado campo e tornadas, portanto, produtos e práticas sociais concretas são ou não idênticas às condições de sua produção e ao trabalho de concorrência a que se deve boa parte de sua eficácia. A diferenciação que Bourdieu estabelece entre a noção de hábito e *habitus* lança esclarecimento sobre o que estamos argumentando:

Mas por que não dizer hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na ideia de que o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (Bourdieu, 1983b, p. 105)

Contemplado por essa ótica, o *habitus*, como noção operatória relacional no esquema teórico bourdieusiano, sugere muito mais uma possibilidade de apreensão das estratégias de reprodução das estruturas de dominação e opressão simbólica do que propriamente uma forma de tratamento axiomático que denotaria uma reprodução mecanicista das práticas. Colocado de outra maneira, o *habitus* na condição

de estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante complementar o movimento de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (Bourdieu, 2003a), em uma dinâmica cujo efeito seria superar a falsa dicotomia “reprodução *versus* transformação social” (Bourdieu, 1983b). Além disso, o entendimento de que não é possível conhecer a rigor os produtos e as práticas sociais com base em uma dedução mecânica feita a partir do conhecimento das condições estruturais de suas respectivas produções já nos coloca em sobreaviso para o fato de que a apropriação das práticas culturais, entre as quais se inclui o esporte, é sempre plural e conflitiva.

Bourdieu é enfático nesse aspecto e adverte sobre a dificuldade de se levar adiante o raciocínio de que todos os agentes tenderiam a atribuir um sentido similar ou um mesmo sentido às práticas sociais exteriorizadas sob o formato de oferta no campo. No caso dos bens esportivos, Bourdieu ressalta ainda sobre a insuficiência dos modelos que propõem a explicar a distribuição dessas práticas entre as classes com base unicamente na “natureza” intrínseca do esporte. Nesse particular, o fato de que as mesmas práticas esportivas tenham conseguido atrair, em momentos históricos diferentes, tanto os estratos sociais privilegiados como os estratos sociais populares ou ainda assumir sentidos diferentes para os diferentes públicos que elas atraem em um mesmo momento histórico é algo potencialmente explicável a partir das lutas objetivas subjetivamente orquestradas entre as classes e as frações de classe no sentido não apenas de preservar as distâncias sociais e fazer valer o estatuto da distinção, mas também no sentido de permitir aos agentes de uma mesma classe ou fração de classe mutuamente se reconhecerem e se identificarem uns com os outros (Bourdieu, 2008a, p. 205).

Reticente, portanto, às tendências de universalização dos sentidos e da função social das práticas esportivas, como também contrário àquele conjunto de formulações ideais-típicas que apresentam tipologias abstratas e formais (baseadas, acima de tudo, nas experiências etnográficas dos cientistas, experiências essas na maior parte das vezes não devidamente objetivadas) para explicar as expectativas sociais dos diferentes grupos nas diferentes práticas esportivas, é que Bourdieu sistematizou e propôs um modelo relacional que permitisse restituir os princípios sociais subjacentes à distribuição do esporte entre as classes. Segundo o autor:

[...] o sistema das práticas e dos espetáculos esportivos oferecidos, em determinado momento, à escolha dos “consumidores” potenciais está como que predisposto a exprimir todas as diferenças sociologicamente pertinentes nesse mesmo momento, ou seja, oposições entre os sexos, além das oposições entre as classes e as frações de classe: basta que os agentes se deixem levar pelas tendências de *seu habitus* para retomar por sua conta, sem o saber, a intenção

imamente às práticas correspondentes, reconhecendo-se nessa prática em sua inteireza, ao mesmo tempo que reconhecem também todos aqueles que se reconhecem aí, ou seja, seus *semelhantes*. O mesmo se passa em todos os domínios da prática: cada consumidor deve contar com determinado estado da oferta, ou seja, com as possibilidades objetivadas – bens, serviços, ou esquemas de ação etc. –, cuja apropriação é um dos pretextos das lutas entre as classes e que, pelo fato de sua associação provável a classes ou frações de classes, são automaticamente classificadas e classificadoras, hierarquizadas e hierarquizantes. O estado observado da distribuição dos bens ou das práticas define-se no encontro entre as possibilidades oferecidas em determinado momento, pelos diferentes campos de produção (presentes e passados) e as disposições socialmente diferenciadas que – associadas ao capital (definido em seu volume e sua estrutura) do qual são, quase completamente, o produto (segundo a trajetória) e em que elas encontram os meios de sua realização – definem o interesse por essas possibilidades, ou seja, a propensão e a aptidão em adquiri-las e convertê-las – pelo fato da apropriação – em sinais distintivos (*Idem*, p. 210).

Como é passível perceber, o modelo bourdieusiano possibilita uma leitura metódica e rigorosa das variações de significação e de funções sociais atribuídas às diferentes práticas esportivas. Esse projeto relacional, por conseguinte, tem como ponto de sustentação a análise sistemática dos *habitus*, uma vez que as diferentes expectativas sociais que são investidas no consumo das mais variadas práticas esportivas correspondem, de fato, a classes e também a subclasses diferenciadas de *habitus*. Além disso, a multiplicidade de expectativas com que os agentes encaram o esporte também se deve – no bojo das lutas simbólicas de classe que animam essas diferentes expectativas – à estrutura de distribuição dos capitais, ou seja, ao tipo específico de energia social do qual os grupos estão munidos e ainda do volume relativo desses tipos específicos de energia social (capital econômico, capital cultural, capital simbólico etc.) que os grupos e os agentes conseguem acumular e dispõem.

Não por acaso, portanto, é que os sentidos conferidos pelos agentes aos esportes e às respectivas variações de serem praticados mudam à medida que os mesmos agentes sobem na hierarquia social. Mas essa perspectiva de ascendência também pode ser lida como um resultado do refinamento automatizado do gosto expresso não somente na prática de esportes que favoreçam e prezem pelos usos distintos do corpo, pelo emprego de uma racionalidade ascética e pela demarcação de um projeto grupal e individual de estilização da vida acompanhado de um requintamento das condutas, mas também no consumo de uma série de bens culturais e simbólicos correlatos, tendo em vista que existem correspondências e homologias passíveis de serem visualizadas entre os esportes que os agentes praticam e suas profissões, entre os jornais que leem e as bebidas que apreciam e assim por diante (*Idem*).

É possível reconstruir, portanto, de acordo com a perspectiva teórica bourdieusiana, o espaço dos esportes como *locus* relacional de disputas simbólicas entre classes e frações de classes, mobilizando neste exercício as noções operatórias de *habitus* e de capital em dialogia e, sobretudo, procurando estabelecer homologias estruturais entre o universo micro e macrosocial de modo a confrontar e localizar o campo de produção dos bens esportivos no contexto mais generalista do campo do poder. No lastro ainda desse empreendimento, o paradigma marxista da consciência de classe acaba sendo substituído por uma fórmula mais relacional expressa no paradigma da inconsciência de classe, ou seja, no entendimento de que a filiação dos agentes às suas respectivas classes, e mesmo a perspectiva de mobilidade social apresentada a eles, é orquestrada inconscientemente a partir da incorporação dos *habitus*, o que, no caso da leitura do espaço dos esportes, sugere uma série de expectativas grupais e individuais infraconscientes que alavanca o consumo esportivo por via das lutas simbólicas de classes, de modo a instaurar códigos duradouros de distinção e vulgaridade.

O modelo teórico bourdieusiano, quer esteja em jogo o campo das práticas esportivas ou qualquer outro campo de produção dos bens materiais e simbólicos, é minimamente articulado no propósito de garantir uma análise estrutural-constitutivista do mundo social que supere as falsas polarizações erguidas em relação a este mesmo mundo: objetivismo *versus* subjetivismo, material *versus* simbólico, ação *versus* estrutura, indivíduo *versus* sociedade, corpo *versus* mente etc. Cabe mais uma vez ressaltar que essa tendência de pensamento dicotômico, além de se erguer como obstáculo à atividade científica por induzir a uma análise em que um dos domínios que integram esses pares epistemológicos acaba sendo reificado em detrimento do outro, também apresenta suas consequências políticas, em especial por retroalimentar uma compreensão simplista das relações sociais e, por essa via, favorecer a perpetuação de uma ordem de dominação simbólica cuja eficácia é diretamente proporcional ao desconhecimento de como a sociedade, de fato, funciona.

Contra essas ilusões escolásticas¹³, o modelo sociológico bourdieusiano recobra que, para fazer uma adequada teoria do mundo social, é preciso primeiramente se fazer uma teoria do efeito das teorias, haja vista que esse conjunto de formulações e tensões teóricas, em não sendo devidamente objetivadas pelo pesquisador no ato reflexivo sobre a pesquisa que está à frente, constituem verdadeiros empecilhos a uma compreensão relacionalista do mundo social. Foi justamente esse tipo de exercício que Bourdieu imputou a ele próprio com intuito de sistematizar a teoria dos campos.

13. Cabe aqui a ressalva de que Bourdieu não chega a argumentar em termos de impostura ou falácia intelectual, pois essas tomadas de posições teóricas tratam-se, antes que qualquer outro tipo de análise possa ser feita ou cogitada, de *habitus* propriamente intelectuais e científicos. Para um maior aprofundamento, ver Bourdieu (2008b).

Fundada sobre a noção de conhecimento praxiológico e em resposta, portanto, às tensões analíticas firmadas entre as correntes fenomenológica e estruturalista, a teoria dos campos apresenta um elevado grau de síntese que permite apreender as relações sociais como estruturas ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes.

Daí então o fato de o complexo teórico-conceitual bourdieusiano, expresso nas noções operatórias de campo, *habitus*, capital e todos os demais conceitos adjacentes, demandar um uso teórico integrado e sintético, até mesmo porque uma análise do *habitus* que não seja igualmente uma análise do campo recai em uma explicação fenomenológica, ao passo que uma análise do campo que também não seja uma análise do *habitus* cumpre os requisitos de uma abordagem associada ao estruturalismo clássico. O mesmo tipo de diagnose também se aplica para pensar as relações entre o campo e os tipos de capital ou entre os capitais e os *habitus*, visto que as posições que os agentes ocupam em determinado campo social são similares à distribuição de capitais e que para se ter acesso a esses capitais é preciso ter o *habitus* desse campo impresso no corpo, o que, no limite, sugere que o *habitus* pode se tornar ou mesmo estar na origem dos capitais. Argumentado em outros termos, uma perspectiva de apropriação teórica que queira resguardar as soluções que Bourdieu apresentou para o núcleo de tensões epistemológicas caras ao embate entre as correntes estruturalista e fenomenológica requer também a preservação dos fundamentos de sua proposta sintético-relacional que envolve o dimensionamento mútuo dos *habitus* dos agentes, do campo em que estão inseridos e dos capitais de que dispõem. Caso seja feito ao contrário, o modelo tende a perder o sentido científico original que animou sua própria elaboração.

É verdade, no entanto, que o que está sendo dito acerca dos usos da teoria de Bourdieu se sustenta (talvez na integridade dos argumentos) quando pensamos em uma apropriação ortodoxa do modelo teórico em questão. Quando nos deparamos, entretanto, com algumas críticas tecidas à teoria bourdieusiana da sociedade, novas questões teóricas surgem e, nesse propósito, uma “apropriação inventiva” de seu referencial se torna possível e viável, sugerindo então uma lógica de trabalho amparada na fórmula do “com” e “contra” Bourdieu em uma estratégia de ação mobilizada pelo próprio autor francês ao revisitar os clássicos da sociologia e uma série de outros autores das ciências sociais e da filosofia para sistematizar seu modelo teórico. Movidos por esse espírito, nas páginas seguintes elencamos algumas das críticas endereçadas na literatura à teoria de Bourdieu e nos arriscamos a sugerir ao menos uma via de “apropriação inventiva” de seu modelo para estudar o esporte e, mais especificamente, o futebol¹⁴.

14. Para uma discussão sobre o universo do futebol que podem ser devidamente explicados tendo por base um uso ortodoxo da teoria de Bourdieu, ver Souza *et al.* (2014b).

Críticas e “apropriação inventiva”

Matizadas as exigências reflexivas e, sobretudo, a complexidade relacional que o modelo de Bourdieu engendra, cabe ressaltar que sua teoria não é ausente de possíveis e potenciais críticas. Bourdieu, a saber, é frequentemente acusado pelos seus detratores como determinista e mentor de uma teoria que subestima as capacidades reflexivas dos agentes. Essa posição, entre outras possibilidades, é compartilhada por Jon Elster (1981; 1983), Jeffrey Alexander (1995) e Richard Jenkins (2002). Os autores criticam o suposto caráter reprodutivista da teoria das práticas de Bourdieu, que tenderia a vislumbrar continuísmo em detrimento das mudanças sociais, além de negligenciar a relativa liberdade dos atores ao deduzir seus comportamentos da posição que ocupam nas estruturas. De fato, Bourdieu, como sugere Vandenberghe (2010), talvez pudesse ter insistido mais na reflexividade dos agentes sem, contudo, abandonar seus próprios pressupostos teóricos pleiteados com a noção de *habitus* ou, em outras palavras, sem entrar em descompromisso com seu esforço obsessivo de ruptura com a teoria do ator racional (em suas diferentes roupagens) e com o individualismo metodológico.

Em que pese, todavia, o relativo valor dessas críticas elencadas, talvez seja demasiado simplista pensar os eventuais limites da teoria bourdieusiana por esse ângulo taxionômico e, em vez do emprego de rótulos, é mais prudente e revelador, no nosso ponto de vista, partir de uma crítica interna e imanente à sua obra, tal como fizeram, por exemplo, Bernard Lahire (2002a) e Jessé de Souza (2003). Por sinal, vale notar que a crítica que Lahire teceu à teoria dos campos se efetivou, por assim dizer, em termos de sua aplicabilidade prática, ou seja, com intuito de demarcar os potenciais limites que ela representaria quando perspectivada na condição de uma teoria geral ou universalista do mundo social. Segundo argumenta Lahire:

A teoria dos campos resolve uma série de problemas científicos, mas cria outros na medida em que: 1) ignora as incessantes passagens operadas pelos agentes que pertencem a um campo entre o campo dentro do qual são produtores, os campos nos quais são simples consumidores/espectadores e as múltiplas situações que não são referíveis a um campo, reduzindo o ator a seu ser-como-membro-de-um-campo; 2) negligencia a situação daqueles que se definem socialmente (e se constituem mentalmente) fora de toda atividade num campo determinado (é o caso ainda de numerosas donas de casa sem atividade profissional ou pública) e 3) considera os fora de campo, os sem-grau, a partir dos padrões de medida que são padrões sociais de medida de poder (diploma, renda etc.), definindo seu “habitus” pela falta de posses, por sua miséria e pela sua situação de dominados. Por todos estes motivos, a teoria dos campos (seria preciso sempre falar da teoria dos campos do poder) não pode,

certamente, ser uma teoria geral e universal, mas representa uma teoria regional do mundo social (Lahire, 2002a, p. 35).

O que se coloca em evidência nesse pronunciamento crítico de Lahire é o fato de a teoria dos campos, mesmo que tendo por mote a leitura das regularidades sociais e, a partir destas, de tudo aquilo que seja passível de generalizações mais amplas, inclusive para campos sociais adjacentes e correlatos, apresentar como contrapartida uma série de situações práticas que não se constituiriam em meras exceções às regras que o modelo se propõe a abarcar e dar conta teoricamente. Para Lahire (2002a), essas situações práticas visualizadas na vida de uma série de atores (por exemplo, as donas de casa) acabam colocando em xeque o caráter universalista da teoria dos campos, visto que muitos agentes trazem impressos no corpo disposições referentes a vários campos ou contextos de ação social (como definir, nesse sentido, quais *habitus* seriam mais decisivos em suas formas de agir?), ao passo que outros muitos agentes – que talvez estejam – à margem ou fora dos campos e, portanto, destituídos ou com uma incorporação vulgar dos *habitus* específicos que circundam nesses *locus*, ainda assim serem incluídos no modelo sob a condição de dominados e despossuídos de volume de capitais.

Dessas questões situadas decorrem, por conseguinte, muitas outras que poderiam ser expressas nos seguintes termos: “O que fazer com os atores que não combinam a totalidade das propriedades que caracterizam o grupo em seu conjunto? O que fazer com os operários não qualificados que leem muito mais do que o esperado e que bagunçam a problemática teórica imaginada sobre os gostos e desgostos de classe?” (*Idem*, p. 18). Além disso, “se principalmente os *habitus*, como sistemas de disposições, são específicos aos campos, pode-se legitimamente perguntar pelo que se constitui cognitivamente, afetivamente e culturalmente [os de] fora desses campos [?]” (*Idem*, p. 35). Por fim, e de modo mais incisivo, “como podemos pensar a coordenação entre pessoas, cuja socialização se realizou em contextos de experiência diferentes e que, no entanto, podem encontrar terrenos de aproximação sem invocar ‘o acordo espontâneo do *habitus*’?” (Boltanski, 2005, p. 162).

São questionamentos, de fato, fortes, e que além de não poderem ser descartados ou dissolvidos através de retórica, são passíveis de serem multiplicados e desdobrados com o propósito não de rechaçar o esquema teórico de Bourdieu, mas de argumentar “contra a teoria a partir de dentro da mesma, não para refutá-la, mas no intuito de descobrir e, em última instância, de remediar suas tensões e limites, de modo a tornar a teoria mais forte e coerente” (Vandenberghe, 2010, pp. 82-83). No bojo desse empreendimento, Lahire, de maneira um tanto mais ponderada que Boltanski ao direcionar suas críticas a Bourdieu, acaba chamando a atenção para o fato de que as referências de comportamento e os padrões de ação dos atores sociais

são devedores às suas experiências construídas e acumuladas em vários contextos ou campos. Daí, portanto, a possibilidade de pensar os agentes como portadores de *habitus* ou disposições plurais apreendidos de forma pré-reflexiva e inconsciente tal como previsto a rigor no programa teórico de Bourdieu, mas, diferentemente da teoria bourdieusiana, estocados e acionados conforme as diversas situações sociais protagonizadas nos contextos em que tais indivíduos se socializam em determinado intervalo de tempo/espço (Lahire, 2002a).

Boltanski, por sua vez, se opõe à ideia de que o cientista social deveria tomar para si a tarefa de porta-voz dos atores e assim o direito de ditar o sentido do que fazem. Segundo esse autor, o projeto crítico que anima a teoria sociológica de Bourdieu denota a ideia de que existe uma separação entre o ponto de vista objetivo do cientista social e a perspectiva “irrefletida” dos sujeitos. Postas as coisas nos termos de Bourdieu, competiria então ao sociólogo a função de explicitar e explicar aquilo que escaparia à consciência dos agentes justamente porque a maior parte de suas ações seria de natureza pré-reflexiva, opaca, obscura e, portanto, devedora ao esquema de socialização interpretado por sua teoria através da noção de *habitus*. Boltanski discorda disso e rompe com a teoria do *habitus*, enfatizando, portanto, que as classificações e os julgamentos sociais que os atores impõem uns aos outros não são determinações estruturais interiorizadas e impensadas, mas, em vez disso, resultado de suas transações racionais em conformidade com situações sociais específicas (Vandenberghe, 2010; Celikates, 2012).

Como se nota, o que categoricamente está em pauta nesses “prolongamentos críticos” é o contextualismo acentuado de Bourdieu e sua contumácia em atribuir primazia às capacidades pré-reflexivas que orientam a ação social. Nesse sentido, tanto a noção de *habitus* como a própria noção de campo seriam depositárias de um perspectivismo que impediria o cientista social, em última instância, de considerar as tomadas de posições críticas dos próprios agentes por justamente encerrar seus padrões de comportamento nos limites das estruturas. Para Boltanski, é preciso então dar voz aos indivíduos e seguir (de perto) no lastro de suas interpretações do mundo, posto que suas avaliações são sempre relevantes e reveladoras (Vandenberghe, 2010)¹⁵. Os atores sociais, nesse particular, “não devem ser considerados meros informantes pro-

15. Ainda segundo Vandenberghe (2010, p. 159), a sociologia da justificação de Luc Boltanski “apreende o ser humano ‘como um ser livre’ (*als freihandelndes Wesen*) e se reconecta ao ponto de vista da antropologia pragmática de Kant, insistindo mais sobre o que o ser humano faz do que sobre o que é feito dele. Diferentemente da sociologia crítica, ela toma seriamente os discursos, os princípios e os valores legitimadores que dão um sentido à ação, sem ver aí ilusões bem fundadas que, em nome de um conhecimento superior, em nome da ciência, seria necessário submeter à crítica. Contrariamente ao mundo tridimensional da dominação, o mundo bidimensional da justificação é um mundo sem estruturas profundas a desvelar e sem ilusões a dissipar”.

duzindo dados adicionais, mas sim como sociólogos leigos produzindo interpretações e explicações do que estão fazendo que não são nem um pouco menos sofisticadas do que aquelas de seus colegas profissionais” (Celikates, 2012, pp. 36-37).

Outra observação a ser pontuada no que se refere aos usos científicos atribuídos à teoria de Bourdieu transcende, por assim dizer, ao espectro das supostas limitações internas de seu modelo teórico e, nesse sentido, se refere aos limites da apropriação que geralmente é feita da teoria dos campos para subsidiar a leitura dos processos sociais levados a cabo em sociedades como a brasileira, em especial aqueles processos que envolvem o fenômeno esportivo. Na esteira do exposto, é digno de nota ressaltar, em conformidade com o que sugerem Medeiros e Godoy (2009) ao investigarem as formas de utilização dos referenciais teóricos de Bourdieu e Elias na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, que a apropriação do modelo de análise sociológica dos campos de (re)produção cultural no âmbito da educação física no Brasil ainda é incipiente e, com suas devidas e destacadas exceções, marcada por um uso isolado e estanque dos conceitos operacionais de Bourdieu, sem articulá-los e fazê-los funcionar na pesquisa empírica. Esses usos desconjunturais da teoria de Bourdieu ou das de outros autores, vale advertir, não se restringem evidentemente ao campo da educação física ou ao estatuto dos estudos sociológicos do esporte e apontam para um problema igualmente de oferta e recepção teórica: o modelo bourdieusiano em sua complexidade epistemológica, à primeira vista, não é dos mais acessíveis, e as visões de mundo substancialistas e dicotômicas constituem um entrave para compreensão de um quadro de referência holístico que se propôs a superar relacionalmente as polarizações do mundo social, além de que a existência de outras teorias concorrentes no campo e talvez já cristalizadas no fazer intelectual – como parece ser o caso da pedagogia marxista no campo da educação física brasileira – muitas vezes constituem um obstáculo para a recepção de teorias divergentes, que impõem novos problemas, novas agendas e uma nova composição na estrutura do campo.

A despeito da importância de, em um primeiro momento do ato de investidura teórica sobre os objetos de pesquisa a partir do modelo praxiológico, levarmos a efeito uma apropriação rigorosa da teoria sociológica de Bourdieu, até mesmo para que, posteriormente, os alcances e os potenciais limites de sua teoria possam ser matizados em conformidade não com os sistemas de preferências ou antipreferências acadêmicas e, pelo contrário, segundo as particularidades e dificuldades dos problemas investigativos sociologicamente constituídos em relação aos variados domínios empíricos, partilhamos, no entanto, do entendimento de que a teoria dos campos necessita ser retraduzida para explicar uma série de relações sociais constituídas no interior da sociedade brasileira, haja vista as diferenças substanciais que se interpõem entre os países da modernidade central e normativa e os países da modernidade

periférica, tal como advertido e analisado em diversas ocasiões pelo sociólogo Jessé de Souza (2003; 2006; 2009).

É sempre importante lembrar que, se nas sociedades mais avançadas do Ocidente as classes médias constituem, estatisticamente falando, o fundamento básico da estrutura social, nas sociedades periféricas uma “ralé” estrutural de despossuídos emerge também como um estrato social preponderante (Jessé de Souza, 2009). Em outras palavras, é correto afirmar que entre esses dois tipos de formação societária existem padrões de desigualdade e não reconhecimento social que variam muitíssimo (*Idem*, 2003, p. 87), de modo que não é possível generalizar para todos os indivíduos e grupos a mesma possibilidade de pertença a campos onde se disputa prestígio e poder. Nesse sentido, talvez seja uma sobredeterminação teórica pensar que os variados atores pertencentes às diferentes classes, mesmo que enquadrados como consumidores, teriam acesso, por exemplo, às lutas por reconhecimento no campo esportivo.

Claro que estamos cientes de que a noção bourdieusiana de campo é uma forma de olhar as relações sociais, de modo que esta situação inferida poderia ser amenizada com um tratamento teórico mais vigoroso e contundente da violência simbólica que as classes superiores exercem sobre as inferiores nos diferentes espaços da vida social. Acontece, entretanto, que a “ralé” brasileira, a “ralé” mexicana ou a “ralé” de outro qualquer país periférico nem chega sequer a figurar como grupo tendencialmente dominado em algum campo de produção material e simbólica, tendo em vista que inexistente qualquer tipo de competição social aberta e justa entre “gente” e “não gente” (*Idem*, 2009). Em suma, não nos parece ser possível incluir em um modelo analítico, mesmo que relacional e atento à dimensão de conflitos e à capacidade de ação dos atores, indivíduos e grupos de indivíduos que objetivamente estão excluídos da possibilidade de participar de jogos sociais, ainda que no papel de dominados. Essa agenda de pesquisa, por sua vez, não foi alvo de atenção de Bourdieu, que se ateve, sobretudo, em desvelar as dinâmicas culturais, políticas e simbólicas presentes, sobretudo, no contexto da sociedade francesa¹⁶, em que a invisibilidade da desigualdade e

16. Cabe destacar que Bourdieu no início de sua trajetória acadêmica desenvolveu também uma série de trabalhos sobre a sociedade argelina, decorrentes de suas experiências vivenciadas *in loco* no período que cumpria serviço militar na Argélia (1955-1959), no contexto da Guerra de Libertação Nacional (Yacine, 2005). As pesquisas que resultaram dessas inserções foram produzidas com auxílio de colaboradores, em especial de Abdelmalek Sayad. Os resultados traduziram-se nos seguintes livros: *Sociologie de Algérie*, de 1958, *Travail et travailleurs en Algérie*, de 1963, *Le déracinement*, de 1964 e, por fim, *Algérie, année 60*, publicado em 1977 (Vasconcelos, 2002). Em termos bastante sucintos, esses textos configuram estudos empírico-teóricos em que Bourdieu dimensionou a entrada do capitalismo na Argélia e os choques culturais e conflitos sociais produzidos nesta sociedade por conta da nova ordem que se estabelecia (Wacquant, 2006). A essa altura, no entanto, o conceito de campo social ainda não havia sido sistematizado, como tampouco sua própria correlação genética com o conceito de *habitus*. As análises tecidas por Bourdieu sobre a sociedade argelina não se faziam então devedoras às interpretações

o não reconhecimento do caráter humano de uma “ralé” de despossuídos, longe de prefigurarem um fenômeno de massa, tal como acontece na periferia do sistema, se tratam muito mais de uma situação pontual e não generalizável (*Idem*).

Essa perspectiva de apropriação crítica, por sua vez, sugere que precisamos mobilizar a teoria sociológica de Bourdieu, em particular o seu conceito de campo, com devida prudência para subsidiar os estudos sociológicos do esporte, especialmente em sociedades periféricas como a brasileira, na qual uma considerável parcela de indivíduos situados à margem do sistema não consome e tampouco usufrui dos bens esportivos com vistas a auferir algum lucro de distinção a si próprios ou às posições que ocupam no espaço social, até porque esses agentes invisíveis no debate público e político brasileiro, tal como sugerido categoricamente por Jessé de Souza (2009), não preenchem os critérios mínimos de reconhecimento social para a entrada e a participação nas lutas travadas no interior dos campos de reprodução cultural e simbólica. Em outras palavras, o uso da noção estrutural de campo pressupõe a existência de uma relativa homogeneidade disposicional, moral e espiritual presente no tecido social mais amplo e que, ao ser confrontado a uma realidade social periférica como a brasileira marcada por tamanho índice de desigualdade classista obscura e, portanto, negada em muitas de suas dimensões, sobretudo, ético-políticas, requer no mínimo uma revisão de sua abrangência ou então a necessidade de um rearranjo de sua aplicabilidade quando senão mesmo um abandono dessa categoria analítica em favor do uso de outras noções analíticas mais flexíveis para explicar as relações sociais no contexto intra e intergrupais.

O que se expõe a seguir, portanto, são alguns fragmentos analíticos de uma tentativa de “apropriação inventiva”¹⁷ do referencial teórico de Bourdieu sem fazer uso da noção estrutural de campo e do aporte sociofilosófico que lhe é inerente, mas, sem também abrir mão do esforço de restituir e restabelecer as relações que se operam entre o plano das estruturas sociais e o plano da ação individual ou coletiva para estudar a distribuição social dos bens esportivos na sociedade brasileira, mais precisamente do futebol. Cabe, nesse propósito, advertir que se, por um lado, muitas

situadas e circunscritas ao modo de pensar induzido pelo emprego do conceito de campo e, por essa razão, os padrões de comportamento e de ação social dos agentes – ainda que explicados pela noção de *habitus* que havia sido recuperada nesses seus primeiros escritos, a propósito daquilo que se repetiria nas demais obras subsequentes, com vistas de negociar as relações entre os indivíduos e o “meio social” em que estavam inseridos – eram mais abertos à imprevisibilidade e mais trabalhados diacronicamente.

17. A possibilidade de “apropriação inventiva” da teoria sociológica de Bourdieu para subsidiar o estudo do esporte e, mais especificamente, do futebol no Brasil não é uma investida puramente inédita e original e já foi levada a cabo, por exemplo, no trabalho de Arlei Damo (2005) sobre o processo de formação dos jogadores de futebol no contexto do futebol-espetáculo a partir de uma análise comparativa entre Brasil e França.

práticas esportivas e relações socioesportivas podem ser explicadas proveitosamente com base na teoria dos campos, por outro lado, outras tantas práticas e processos esportivos não são devidamente compreendidos como base no uso ortodoxo desse referencial¹⁸. Dito de outro modo, a teoria do campo esportivo precisa ser matizada à luz das especificidades estruturais periféricas para aí sim poder explicar mais adequadamente o princípio de distribuição do esporte entre os diferentes grupos sociais, se bem que no caso, por exemplo, da circulação em massa do futebol no Brasil ou mesmo em outras sociedades, o modelo de análise sociológica do campo esportivo, independentemente dessas retraduzões, representa também como particularidade o fato de não permitir ao pesquisador apreender devidamente, para além da teoria do poder simbólico e do papel dos intermediários culturais nesse processo, a lógica simbólico-emocional que concorreu para que o futebol viesse a se distribuir dessa forma pelo tecido social, ou seja, a se configurar como um esporte de apelo maciço ao longo de sua história moderna.

Em contrapartida, o programa sociológico de Bourdieu oferece, em especial para as análises teóricas que visam a restaurar os princípios de distribuição social do futebol, um arsenal de recursos analíticos que nos permite pensar os mecanismos de produção e reprodução social da prática futebolística não em termos essencialistas, isto é, por ela mesma, ou então, no lastro de um processo alienante, como tendem a fazer aquelas análises influenciadas pelas interpretações marxistas e pelas teorizações da Escola de Frankfurt. Nesse caso, se é de bom grado advertir que o referido modelo teórico se apresenta insatisfatório no propósito de restituir, a partir da fórmula “campo + *habitus* + capital = práticas”, os sentidos sociais profundos inerentes à circulação em massa do futebol no mundo é, todavia, de bom tom também ressaltar que o modelo relacional de Bourdieu permite uma leitura adequada da lógica de conformação de um mercado simbólico de relações futebolísticas, estruturado segundo princípios de oferta e demanda que garantiram a generalização dessa prática – e das representações a ela associada – para as diferentes direções sociais no âmbito das mais diferentes sociedades, a começar pela Inglaterra vitoriana.

Assim, entendemos que a utilização do referencial teórico de Bourdieu para estudar o esporte pode se beneficiar de uma “apropriação inventiva”, ou seja, ser consubstanciada no uso de alguns pressupostos teóricos e instrumentos de conhe-

18. Nós mesmos já tivemos a oportunidade de realizar estudos em que o uso da teoria dos campos em sentido fidedigno aos seus preceitos metodológicos originais se demonstrou adequada para explicar uma série de questões referentes ao esporte moderno. Ver, nesse particular, nossa pesquisa de mestrado sobre o xadrez (Juliano de Souza, 2010). Os artigos que integram a coletânea organizada por Marchi Júnior (2011) são um exemplo mais amplo da apropriação rigorosa do referencial de Bourdieu para analisar os contextos esportivos e os diferentes problemas para pesquisa que dele emergem.

cimento sistematizados pelo autor francês, mas sem, no entanto, ter que seguir necessariamente a teoria dos campos em seu formato ortodoxo e original. No caso do estudo que nos aprouve desenvolver sobre a conformação do futebol como “esporte das multidões” (Juliano de Souza, 2014), é possível argumentar que o “fascínio coletivo” que essa prática esportiva alcançou durante a modernidade não pode ser devidamente dimensionado ao enquadrarmos essa prática esportiva analiticamente como um campo de disputas. Além do mais, para nos aproximarmos desse desígnio com base no referencial de Bourdieu, seria necessário evocar uma série de outros campos (midiático, político, econômico etc.), com vistas a ampliar o espectro de relações que concorreram para que o futebol viesse a se tornar uma prática dominante na hierarquia dos bens culturais na sociedade moderna, o que, a princípio, não representaria maiores inconvenientes, com exceção da dificuldade de apreender e delimitar o *habitus* específico compartilhado por atores advindos de campos tão distintos.

Em outras palavras, o exercício de interseccionar vários campos sociais no propósito de interpretar o processo de distribuição em massa do futebol pelo tecido social exigiria o esforço de problematizar os diferentes *habitus* desses agentes em conformidade com os respectivos contextos de ação em que foram e são socializados, condição que, por conseguinte, inviabilizaria ou, no limite, tornaria difícil a percepção daquele conjunto de aspectos disposicionais de ordem emocional e simbólica compartilhados pelos mesmos, independentemente do tipo de contato (de oferta e/ou consumo) que tais agentes mantenham com o futebol.

Para matizar, portanto, essas tensões é que nos aprouve fazer um uso particular do quadro teórico de Bourdieu no intuito de propor uma explicação alternativa para o processo de difusão e circulação em massa do futebol moderno. Esse uso, por sua vez, apresentou-se em duas frentes dialógicas no nosso esforço de reconstrução teórica: (1) na retomada da noção de *habitus* de classe como metadisposição norteadora das tomadas de posição dos três grupamentos ideais-típicos – profissionais, especialistas e torcedores (Toledo, 2000) – que concorreram, ao largo da história, para a emergência de um contexto de ação futebolístico¹⁹ alavancado especificamente sobre as

19. A reconstrução teórica do futebol como contexto de ação social específico guarda semelhança com a abordagem configuracional eliasiana e tem por fundamentação aquelas críticas apresentadas por Lahire (2002a) em relação ao conceito bourdieusiano de campo e a vários outros conceitos estruturais pensados no âmbito da teoria sociológica para responder às dinâmicas de diferenciação e de estratificação social. Quando falamos, portanto, em contexto de ação futebolístico, temos em mente, a princípio, um espaço de inter-relações que mobiliza em um mesmo plano interacional, basicamente três segmentos de atores, a saber, os profissionais, os especialistas e os torcedores (Toledo, 2000a, p. 5). Assim, esse contexto de ação futebolístico, por um lado, envolve agentes com diferentes *habitus* de classe e com diferentes *habitus* profissionais e, por outro, engendra uma história em que os variados

bases do clubismo; e (2) na circunscrição do contexto de ação futebolístico moderno aos princípios estruturantes de uma economia dos bens simbólicos que funciona de modo análogo à economia das trocas econômicas, ou seja, que organiza a distribuição dos bens que se produzem no interior do próprio universo que engendra – e, sobretudo, das relações que concorrem para a produção desses bens e práticas – com base na dialética entre as leis de oferta e procura, mas sem se restringir às dimensões racionais e materiais de uma economia econômica.

No que versa a primeira via de apropriação, o que fica patente é uma tentativa de reler o *habitus* de classe em conversação com a teoria freudiana da cultura (Freud, 1996) e com a teoria do processo civilizador de Norbert Elias (1994b; 1994c), para, logo em seguida, inventariar a sociogênese do clubismo no contexto de longa duração na sociedade inglesa a partir de uma trama relacional que mobilizou tanto produtores como consumidores dessa prática esportiva na constituição de representações e de sentimentos atrelados intimamente aos conflitos sociais de maior amplitude próprios àquela sociedade. Essa mediação entre agência e estrutura a partir da noção bourdieusiana de *habitus* de classe nos possibilitou avançar no desvelamento da economia simbólico-emocional do futebol moderno como o princípio mesmo da eficácia de sua distribuição em massa pelo tecido social. Já no tocante à segunda via de apropriação visualizada, o que se coloca em pauta basicamente é a centralidade do esquema de Bourdieu para restituir o processo de difusão e circulação dos bens culturais sem pender para um culturalismo atávico e essencialista, ou seja, vinculando ao seu programa de análise dos bens simbólicos o papel decisivo do mercado – essa instituição sem a qual inexistiria a vida moderna – na reprodução de padrões culturais, legando-nos uma proposta analítica que se demonstrou indispensável no intuito de trazeremos à tona a lógica de disseminação global do futebol moderno – sistematizado na Inglaterra – através de um modelo clubístico.

Agregando mais elementos analíticos a essas aproximações teóricas vislumbradas, é necessário inicialmente advertir que o *habitus* de classe que todos os agentes trazem impresso no corpo e em suas formas de pensar e agir, queiram eles ou não, prescreve uma estrutura específica de modelação do superego no seio da família em que nascem e crescem e, mais que isso, uma espécie de inclinação a se solidarizar com aqueles grupos e indivíduos percebidos como seus iguais e, em contrapartida, uma tendência a repulsar aqueles grupos e indivíduos que são tidos como diferentes e antagônicos em relação ao grupo que partilham da “identidade-nós”. Essa possibilidade de leitura, a nosso ver, permite conciliar em uma mesma explicação tanto as determinações es-

agentes constroem/partilham, em medida significativa, um mesmo núcleo de representações miméticas que eles próprios concorreram para estruturar a partir de seus raios de ação específicos.

truturais de classe no comportamento dos atores como sua tendência, parcialmente modelada pelas instâncias controladoras, de se comportar de forma agressiva e hostil em relação àqueles que não partilham de suas respectivas identidades grupais, sem, para isso, desembocar, por um lado, no dilema de saber se os conflitos seriam algo inato ou aprendido e, por outro, no determinismo de encarar essas situações como questões *a priori* de poder.

Ao admitirmos, portanto, que os comportamentos dos agentes são devedores aos seus relativos *habitus* de classe assim como ao modo como foi sendo negociada inconscientemente na estrutura de suas personalidades – independentemente dos impulsos eróticos – a tendência de repulsa aos indivíduos e grupos que assumem o papel de adversários,²⁰ é possível avançar no estudo de alguns dos significados e funções sociais “reais” que o futebol cumpriu de forma surpreendentemente ímpar – quando comparado ao domínio de outras práticas culturais – entre os mais heterogêneos grupos, a partir dos raios de ação conjunto de profissionais, torcedores e especialistas, sem desconsiderar a parcela de autonomia que compete à esfera das relações sociais concretas na elaboração das representações simbólicas atuantes no contexto de ação futebolístico moderno e que, hipoteticamente falando, seriam tanto a causa como o motivo de o futebol ter se tornado um esporte de apelo maciço altamente consumido e praticado no mundo.

Argumentado de forma mais incisiva, defendemos então que os três grupamentos de atores estruturantes do contexto de ação futebolístico moderno teriam suas

20. Até onde sabemos, Bourdieu fez poucas referências explícitas a Freud e à psicanálise ao longo de sua obra, e as razões para isso provavelmente são de ordem epistemológica, e não um mero desprezo pela teoria freudiana, como alguns podem ser levados a cogitar. Em que pese, no entanto, esse tipo de prognóstico, é possível ainda assim buscar na teoria do *habitus* de Bourdieu alguma relação com a psicanálise freudiana, se bem que a entrada do sociólogo francês nessa discussão guarda muito mais semelhanças aos usos reestilizados da teoria de Freud feitos por Eliás, em especial no que toca à dialética entre os conflitos internos e externos do que propriamente a qualquer outro uso particular ou diferenciado dos preceitos psicanalíticos. Na esteira de uma possível aproximação à discussão de Freud sobre o “narcisismo das pequenas diferenças”, é imperativo lembrar que a construção de um espaço social objetivamente diferenciado e ao mesmo tempo diferenciador é posto como uma regularidade no esquema explicativo de Bourdieu, em particular porque uma determinada estrutura de preferências e afeições nunca se constrói em referência a si mesma, mas sempre em relação a outras. Essas diferenças, por sua vez, não irão se exprimir apenas nas representações subjetivas que alguns grupos elaborarão acerca de outros, mas no volume de capital econômico, cultural e simbólico acumulado pelos agentes enquanto participantes do jogo social travado nos diferentes campos. Por conseguinte, essa correlação entre aquilo que, por um lado, os membros de uma classe sentem e pensam com relação aos que integram uma classe rival e, por outro, o tipo e a quantidade de capital que dispõem, permite considerar que tanto os agentes “tiram partido das possibilidades oferecidas por um campo no intuito de exprimir e saciar suas pulsões e desejos, eventualmente sua neurose”, quanto os campos também fazem uso dessas “pulsões dos agentes constringendo-os à submissão ou à sublimação, fazendo-os se dobrar diante das estruturas e finalidades que lhes são imanentes” (Bourdieu, 2001, p. 200).

formas de pensar e agir constrangidas em função do *habitus* de classe (como também em razão da estrutura de modelação do instinto de morte e da agressividade representada pelas funções controladoras do superego instiladas no seio das próprias relações primárias entre os seres humanos), de modo que a organização desse universo a partir dessa trama dialética permitiria analisar a inventividade desses agentes no processo de construção e consolidação de representações socioesportivas que, além de manterem relações diretas com as lutas e com os sentimentos inerentes às lutas entre grupos rivais na competição social, insurgem na condição de estruturas simbólico-emocionais que, aos nossos olhos, são a chave para o entendimento de alguns dos sentidos da circulação em massa do futebol na modernidade. Em resumo, a força dessas representações seriam os próprios sentidos da grande repercussão do futebol na cultura ocidental.

Nunca é demais repetir que a nossa entrada nessa discussão teórica se dá por via das relações historicamente sedimentadas entre o clubismo e os conflitos sociais mais amplos na sociedade moderna, conforme investigamos empiricamente em outro lugar (Juliano de Souza, 2014). A propósito, estamos cientes de que os conflitos sociais foram e são acionados no contexto de ação futebolístico moderno a partir de vários outros mecanismos práticos que não necessariamente se restringem ao domínio do clubismo – em sua concepção estrutural – ou, melhor dizendo, da sociogênese dos clubes de futebol. No entanto, reunimos indícios teóricos suficientes para creditar que o clubismo como expressão das lutas de grupos sociais efetivamente mobilizados ou como extensão e prolongamento dessas lutas em uma arena supostamente mais lúdica – uma espécie de “zona mole” da sociedade – é a principal válvula socialmente elaborada no contexto de ação futebolístico moderno com vistas a permitir aos atores exteriorizarem seus sentimentos reprimidos em relação aos demais seres humanos através da elaboração de uma imagem talvez distorcida tanto deles próprios quanto dos grupos tidos como rivais.

O que aqui então se coloca em evidência, diferentemente do que ocorre, por exemplo, com as “representações ideológicas” do futebol brasileiro, produzidas e compartilhadas pelos três grupos de atores sociais estruturantes do referido contexto de ação de forma pré-reflexiva e como fruto de um longo processo de acumulação de conhecimento de origem, inclusive, doura e erudita²¹, é que as “representações

21. Ao se defender o dimensionamento do futebol brasileiro sob o crivo teórico de um contexto de ação social, com o propósito maior de explicitar aquelas razões, menos aparentes, que seriam responsáveis por tornar essa prática esportiva um fenômeno cultural de apelo maciço no país, é necessário libertar o pensamento de uma série de significados ideológicos gestados no contexto intelectual e que são atribuídos à circulação do futebol nesta sociedade, estruturando, portanto, muitas de suas representações rotinizadas pelo poder simbólico da mídia e da indústria cultural. Não se trata, porém, de uma tarefa

reais” do futebol brasileiro conservam como sua propriedade funcional básica o fato de derivarem de uma dinâmica simbólico-emocional, inconscientemente coordenada, envolvendo os mesmos três grupos de atores e tendo, além disso, por referência estrutural as redes de interdependências concretas que terminaram por separar e unir, ao longo da história, os seres humanos em grupos específicos que, por sua vez, são suportes de determinadas visões de mundo que denotam modos de pensar e agir com relação ao “grupo-nós” e ao “grupo-eles”, formas de pensar e agir essas que, em um sentido mais *lato*, poderiam ser proveitosamente sintetizadas na noção bourdieusiana de *habitus* de classe.

Daí, portanto, a possibilidade de o clubismo insurgir como uma extensão dessas lutas e, mais que isso, como uma manifestação que, para além de uma mera metáfora dos conflitos sociais, expressaria a própria estrutura das relações (entre indivíduos e grupos) orientadas impreterivelmente a partir do *habitus* de classe e do quanto o processo civilizador avançou no sentido de permitir a diminuição dos contrastes entre os padrões de etiqueta e comportamento entre os diferentes grupos no contexto de determinado estágio histórico-social. Colocado sob outro aparato terminológico, entendemos então que o processo de formação dos primeiros clubes futebolísticos, em meio a uma sequência estrutural de atos individuais muitas vezes tidos e percebidos como descoordenados e sem relação uns com os outros, teve como fio condutor comum – este sim bloqueado à consciência dos atores – a preservação dos conflitos sociais por intermédio do futebol e também a procura por um espaço de socialização mimética onde pudessem ser direcionados aos grupos tidos como rivais, ou simplesmente a outros grupos, o ódio cada vez mais extirpado e banido das rotinas premeditadas de seriedade.

Evidente que não se trata da reprodução de uma disputa de poder do nível macro para o nível micro, muito embora posteriormente as representações “reais” acionadas no contexto de ação futebolístico como extensão dos conflitos sociais de maior amplitude pudessem se converter em relações objetivas de poder e de dominação simbólica. O importante então a se considerar nesse empreendimento é que existe uma verdade nas relações constituídas no contexto de ação futebolístico que devem ser buscadas nelas mesmas, mas desde que com a devida ressalva que os conflitos ativados e negociados nesse âmbito se relacionam aos conflitos sociais mais amplos, tendo em vista que os seres humanos que jogam futebol, ou assistem ao espetáculo, ou

simples, tendo em vista que as representações “reais” do futebol, produzidas em referência à relativa autonomia que as dinâmicas sociais mantêm em relação à esfera cultural e intelectual, muitas vezes são obscurecidas ou então se apresentam combinadas com aquelas representações ideológicas do futebol brasileiro. Para maior aprofundamento, ver a primeira parte da tese de doutorado (Juliano de Souza, 2014), em que se apresentam as “ideias-força” caras às linhagens da sociologia do futebol no Brasil.

dirigem clubes são, em essência, os mesmos seres humanos que também vão à igreja, que votam em determinados partidos políticos e, sobretudo, estão inseridos nas lutas socioculturais de classe. Em suma, este seria o primeiro momento do exercício de “apropriação inventiva” que nos aprouve fazer do quadro teórico de Bourdieu – e em diálogo com outros referenciais –, no esforço de propor uma leitura alternativa para o processo de conformação do futebol moderno na condição simbólico-emocional de “esporte das multidões”.

O segundo momento desse esforço de “apropriação inventiva” concretizou-se na medida em que nos deparamos com a necessidade de explicar de forma não essencialista como que o futebol organizado sobre bases clubísticas no emergente contexto de ação futebolístico inglês durante as últimas décadas do século XIX se difundiu em torno de tão pouco tempo, a propósito do que também ocorrera com outros esportes e práticas culturais de influência inglesa para as mais diferentes regiões do globo. O que está em voga, nesse particular, é justamente o fato de a Inglaterra – berço da Revolução Industrial e potência detentora do monopólio do comércio marítimo no contexto histórico em tela (Hobsbawm, 2003) – ter exercido mundialmente tamanha influência tanto do ponto de vista da difusão de suas indústrias (e do conhecimento técnico e recursos humanos para que funcionassem) como da exportação de bens materiais, culturais e simbólicos por intermédio da expansão do raio de ação de seu mercado. O futebol, inserido nesse sistema, e já distribuído entre os diferentes grupos sociais na sociedade inglesa, não demorou muito para que fosse propagado além-mar em virtude do espírito empreendedor dos próprios ingleses que já consumiam essa prática sob o formato das tramas clubísticas ou então do fascínio daqueles agentes que haviam vivido experiências suficientes na Inglaterra para apreenderem o novo esporte e depois o divulgarem sob esse formato em suas terras natais.

Paralelamente a essa lógica explicitada, é importante ressaltar que as bases simbólico-emocionais do futebol moderno herdadas dos jogos de bola primitivos (*folk-football*) e, por sua vez, sintetizadas (1) em seu processo de esportivização levado a cabo na sociedade inglesa e (2) na emergência e na sistematização das tramas clubísticas em fase subsequente lhe predispunham como uma prática cultural mimética que em questão de tempo se propagaria para a Europa germânica, para a Europa Latina e, um pouco mais tarde, para a América do Sul (Franco Júnior, 2007). Daí então a importância de não desdenhar do papel do mercado na circularidade das representações clubísticas, elas próprias inseridas em um sistema simbólico que permite aos grupos rivais negociar seus conflitos datados, ao mesmo tempo que possibilita aos indivíduos externarem seu ódio e instinto de agressividade em um espaço no qual, até certo ponto, as regras sociais convencionalmente elaboradas podem ser transgredidas e quebradas.

Nesse sentido, é possível e razoável assumir o raciocínio teórico de que, se o clu-bismo e as representações clubísticas duram e resistem à história, é, antes de tudo, porque as próprias relações sociais que lhes suportam (e estão em suas origens data-das) também vêm durando e resistindo aos imperativos estruturais da modernidade, do avanço da tecnologia e, sobretudo, do estabelecimento das redes complexas de informação e de interação virtual (Ianni, 1991), se bem que não podemos negar que parte dessa durabilidade das representações clubísticas e de seus efeitos se deve ao poder de atuação do mercado de bens simbólicos – estruturado sob as leis de oferta e demanda como previsto no programa teórico de Bourdieu – que confere a elas uma circularidade irrestrita e, mais que isso, faz com que elas se interiorizem mais intensamente nas mentes e nos corações humanos como também nas instituições.

Recuperadas então no início desta seção algumas das críticas direcionadas ao referencial de Bourdieu e apresentados, logo em seguida, alguns desdobramentos teóricos passíveis de serem levados a rigor, a partir de um uso inventivo de seu modelo de análise, para investigar um esporte de dimensão maciça como o futebol, convém encaminhar-nos para o fechamento do texto e enumerarmos de forma bastante sucinta quais são, no nosso ponto de vista, as principais contribuições da teoria sociológica de Bourdieu para o estudo do esporte e para constituição de um novo *habitus* de pesquisa em sociologia do esporte.

Considerações finais

O quadro teórico-metodológico sistematizado por Bourdieu no decorrer de sua carreira sociológica é útil pelo menos em duas frentes para levarmos a efeito o estudo sociológico do fenômeno esportivo moderno. Por um lado, o autor francês, na esteira do espírito metodológico que ao longo dos anos permeou o seu trabalho e o de seus colaboradores nas mais diferentes linhas investigativas, apresenta um *modus operandi* que possibilita construir criteriosamente o esporte como um objeto sociológico, por permitir aos investigadores ponderarem, ao mesmo tempo, tanto aqueles efeitos teóricos, no mínimo questionáveis, que incidem sobre esse campo do conhecimento quanto as prenoções que se atualizam nas mais distintas instâncias sociais que se debruçam sobre essa temática. Por outro lado, Bourdieu apresenta uma estrutura de análise do campo esportivo que, em resposta às variações de sociologia espontânea e àquelas leituras críticas que subestimam, de antemão, as capacidades reflexivas dos agentes, permite desvelar algumas das dinâmicas sociais que vêm marcando a história do esporte moderno e vêm fazendo dele uma prática legítima – pautada no encontro entre oferta e demanda dos produtos e bens esportivos – que reconhece diferenças, desigualdades e signos de distinção.

Além do que está sendo exposto, o programa teórico de Bourdieu voltado ao domínio das práticas e consumos esportivos possibilita também estudarmos e investigarmos o esporte em suas relações historicamente construídas com outros campos sociais, a saber, com os campos político, econômico, midiático, artístico, educacional, religioso etc. Com base nesse prisma de relações apontadas, fica evidente que, ao menos segundo a perspectiva teórica de Bourdieu, não é possível avançarmos em uma análise sociológica (rigorosa) do esporte retomando essa prática como uma entidade fechada ou etérea. Fazer isso seria o mesmo que desenvolver uma análise essencialista desse fenômeno, levando em conta, por exemplo, somente as motivações intrínsecas dos agentes e desconsiderando a lógica estrutural que orienta as razões de agir dos atores, a partir de uma adesão corporal, é verdade, mas sem que eles, muitas vezes, se deem conta disso. O oposto dessa primeira abordagem seria a retomada da história social do esporte como se ela fosse um apêndice ou subproduto das lutas engendradas no interior, por exemplo, do campo econômico ou político. Instituí-se, em outros termos, uma análise determinista em que as representações do campo político ou do campo econômico tendem a ser transpostas para explicar o esporte, como se não houvesse propriedades específicas de ordem simbólica, emocional e mesmo estrutural norteando a dialética de oferta e consumo no campo esportivo.

Em menção a essas tensões, o modelo de análise sociológica dos campos de Bourdieu oferece uma possibilidade de tratamento teórico que permite ao mesmo tempo escapar das tentativas de redução e enclausuramento dos microcosmos sociais em torno deles mesmos e das tentativas de reificação por meio dos quais se hierarquizam os campos e se observam apenas os efeitos de reprodução das lutas políticas e econômicas no interior desses espaços. Ao que consta, a medida equilibrada que o modelo de Bourdieu proporciona para lidar com esse tensionamento se constitui na medida em que evocamos e restituímos a “história relativamente autônoma” de cada uma dessas esferas, procurando analisar como que as divisões sociais se reproduzem de um campo para outro, mas sem deixar de primar pelo resgate das potenciais especificidades estruturais que orientam as relações no interior desses microcosmos. No caso do estudo do esporte, essa premissa metodológica é de suma importância e, sendo devidamente apropriada, permite aos pesquisadores restituírem empiricamente as lutas e as tensões particulares ao campo esportivo (ou aos subcampos que lhes são próprios), sem terem como alvo de seus esforços a preocupação de confirmar ou não determinados pressupostos teóricos apriorísticos.

No que se refere ao exercício de apropriação da teoria sociológica de Bourdieu para levar a cabo o desvelamento da realidade esportiva em suas especificidades estruturais e em sua potencialidade de expressar os conflitos entre os diferentes grupos estruturantes da sociedade, entendemos que seu modelo possibilita enten-

der como que através da economia simbólica do esporte – organizada sob a tutela das leis do mercado – são espalhados signos de distinção e de vulgaridade por toda parte, atualizando, reforçando ou reinventando as divisões do mundo social. Não obstante a centralidade desse princípio simbólico por meio do qual o esporte, suas instituições e seus códigos acabam se reproduzindo na sociedade, o modelo bourdieusiano ao ser retomado ortodoxamente não esclarece, no nosso ponto de vista, a maneira com que o esporte, para além da regulação do mercado, se distribuiu pelo tecido social com tanta eficácia e mobilizando em seu entorno os mais diferentes grupos sociais, independentemente de atuarem de modo performático no campo dos produtores ou no campo dos consumidores do espetáculo esportivo. Para suprir esse ponto de inflexão, talvez seja importante – conforme aqui mesmo nos aprouve sugerir e exemplificar a partir de um exercício propedêutico – somar ao quadro analítico de Bourdieu outras contribuições teóricas, de modo a fazer seu modelo funcionar segundo as particularidades dos problemas cientificamente construídos em referência ao campo esportivo.

Como última observação, ressaltamos que compete a nós pesquisadores dedicados ao estudo das relações e desvelamento das dominações protagonizadas no mundo dos esportes nos apropriarmos então de forma inventiva e responsável do modelo de análise sociológica dos campos de Bourdieu, de modo a torná-lo muito mais forte e rigoroso do que é para explicar uma série de questões referentes ao universo esportivo que, se tratadas a partir de um uso ortodoxo de seu referencial, ficariam sem resposta convincente ou a meio caminho de uma resposta mais satisfatória, e, quando matizadas e endossadas a partir de outros constructos teórico-conceituais, podem ser mais bem compreendidas e dirimidas. A propósito, não cremos ser demérito algum imputar relativas modificações nos quadros teóricos segundo as especificidades do objeto. Evidente que tal exercício não é tão simples quanto parece e ausente de contrapartidas. De qualquer forma, tendo-se o devido cuidado para não praticar um ecletismo teórico precipitado, é possível fazer a sociologia do esporte avançar a partir de uma tentativa de “apropriação inventiva” dos referenciais teóricos, não por simples modismo, é claro, mas para torná-los mais coerentes e fortes no sentido de explicar a realidade esportiva em suas múltiplas e complexas dimensões, proporcionando assim novos alcances e desdobramentos teóricos.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey Charles. (1995), *Fin de siècle social theory: relativism, reduction, and the problem of reason*. Londres, Verso.
- BOLTANSKI, Luc. (2005), “Usos fracos e usos intensos do *habitus*”. In: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose-Marie (orgs.). *Trabalhar com Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 155-163.
- BOURDIEU, Pierre. (1978), “Sport and social class”. *Social Science Information sur les Sciences Sociales*, 6 (17): 819-840.
- _____. (1983a), *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- _____. (1983b), “Como é possível ser esportivo?”. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, pp. 136-153.
- _____. (1988), “Program for a sociology of sport”. *Sociology of Sport Journal*, 2 (5): 153-161.
- _____. (1989c), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- _____. (1990a), *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1990b), “Programa para uma sociologia do esporte”. In: _____. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, pp. 207-220.
- _____. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. (1997a), *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1997b), *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1998a), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1998b), *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, Edusp.
- _____. (2001), *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (2003a), “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, Renato (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho d’Água, pp. 39-72.
- _____. (2003b), “O campo científico”. _____. (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo, Olho d’Água, pp. 112-143.
- _____. (2004), *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora da Unesp.
- _____. (2007), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- _____. (2008a), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, Edusp/Zouk.
- _____. (2008b), *Homo academicus*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- _____. (2009), *O senso prático*. Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre et al. (1999), *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. (2008), *Una invitación a la sociología reflexiva*. 2. ed. Buenos Aires, Siglo XXI.

- CALLÈDE, Jean-Paul. (2007), *La sociologie française et la pratique sportive (1875-2005) – essai sur le sport: forme et raison de l'échange sportif dans les sociétés modernes*. Pessac, MSHA.
- CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (2001), “As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área”. *Revista Brasileira de Educação*, 17: 63-85.
- CELIKATES, Robin. (2012), “O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica”. *Novos Estudos*, 93: 29-42.
- CLÉMENT, Jean-Paul. (1995). “Contributions of the sociology of Pierre Bourdieu to the sociology of sport”. *Sociology of Sport Journal*, 12: 147-157.
- CHARTIER, Roger. (2002), “Bourdieu e a História: debate com José Sérgio Leite Lopez”. *Topoi*, 3: 139-182.
- DAMO, Arlei Sander. (2005), *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. Porto Alegre, tese de doutorado em antropologia social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DEFRANCE, J. (2011), “L'évolution de la recherche sur le sport en France”. *Revue Savoir/Agir*, 11: 59-66.
- ELIAS, Norbert. (1994a). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1994b), *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1994c), *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2011), *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- ELSTER, Jon. (1981), “Snobs – review of *La distinction: critique sociale du jugement*”. *London Review of Books*, 20 (3): 10-12.
- _____. (1983), *Sour grapes: studies in the subversion of rationality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FOUCAULT, Michel. (2000), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Petrópolis, Vozes.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. (2007), *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FREUD, Sigmund. (1996), “O mal-estar na civilização”. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Rio de Janeiro, Imago, vol. 21, pp. 73-148.
- HOBBSBAWM, Eric. (2003), *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- IANNI, Octavio. (1991), “A crise de paradigmas na sociologia”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32: 195-215.
- JENKINS, Richard. (2002), *Pierre Bourdieu*. Londres, Routledge.
- LAHIRE, Bernard (2002a), *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2002b), “Reprodução ou prolongamentos críticos?”. *Educação e Sociedade*, 78 (23): 37-55.
- LEITE LOPES, José Sérgio. (1995), “Esporte, emoção e conflito social”. *Mana*, 1 (1): 141-165.
- MARCHI JÚNIOR, Wanderley (2002), “Bourdieu e a teoria do campo esportivo”. In: PRONI,

- Marcelo & LUCENA, Ricardo (orgs.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas, Autores Associados, pp. 77-111.
- _____. (2004), “*Sacando*” o voleibol. São Paulo/Ijuí, Hucitec/Unijui.
- _____. (2011), *Ensaio em sociologia do esporte*. São Paulo, Factash.
- MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (2007), *A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1965-2004)*. Curitiba, tese de doutorado em educação, Universidade Federal do Paraná.
- _____. & GODOY, Letícia. (2009), “As referências de Pierre Bourdieu e Norbert Elias na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*: mapeando tendências de apropriação e de produção de conhecimento na área da Educação Física (1979-2007)”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2 (30): 199-214.
- _____. & MARCHI JÚNIOR, Wanderley. (2009), “Para uma sociologia da educação: considerações a partir da obra de Pierre Bourdieu”. In: BRANDÃO, Carlos da Fonseca (org.). *Intelectuais do século XX e a educação no século XXI: o que podemos aprender com eles?*. Marília, Poiesis, pp. 99-119.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins & NOGUEIRA, Maria Alice. (2002), “A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições”. *Educação e Sociedade*, 78 (23): 15-35.
- SALVINI, Leila *et al.* (2012), “A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas”. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 2 (26): 401-410.
- SOUZA, Jessé de. (2003), *A construção social da subcidadania: para uma sociológica política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj.
- _____. (2006), *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- _____. (2009), *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- SOUZA, Juliano de. (2010), *O xadrez em xeque: uma análise sociológica da “história esportiva” da modalidade*. Curitiba, dissertação de mestrado em educação física, Universidade Federal do Paraná.
- _____. (2011), “A reflexividade metodológica de Pierre Bourdieu como modelo heurístico para leitura do esporte no Brasil: potencialidade e contribuições”. In: MARCHI JÚNIOR, Wanderley (org.). *Ensaio em sociologia do esporte*. São Paulo, Factash, pp. 29-53.
- _____. (2014), *O “esporte das multidões” no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais*. Curitiba, tese de doutorado em educação física, Universidade Federal do Paraná.
- SOUZA, Juliano de & MARCHI JÚNIOR, Wanderley. (2010a), “Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu”. *Revista Movimento*, 1 (16): 293-315.
- _____. (2010b), “Por uma gênese do campo da sociologia do esporte: cenários e perspectivas”. *Revista Movimento*, 2 (16): 45-70.

- SOUZA, Juliano de *et al.* (2014a), “A sociologia configuracional de Norbert Elias: potencialidades e contribuições para o estudo do esporte”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2 (36): 429-445.
- _____. (2014b), “Por uma reconstrução teórica do futebol a partir do referencial sociológico de Pierre Bourdieu”. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 2 (28): 221-232.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. (2000), *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. São Paulo, tese de doutorado em antropologia, Universidade de São Paulo.
- VANDENBERGHE, Frédéric. (2010), *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj.
- VASCONCELOS, Maria Drosila. (2002), “Pierre Bourdieu: a herança sociológica”. *Educação & Sociedade*, 78 (23): 77-87.
- VIGARELLO, Georges. (2005), “Sistema de esportes, esportes concorrentes”. In: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose-Marie (orgs.). *Trabalhar com Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 185-193.
- YACINE, Tassadit. (2005), “Argélia, matriz de uma obra”. In: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose-Marie (orgs.) *Trabalhar com Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 337-349.
- WACQUANT, Loïc. (1997), “Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras”. *Novos Estudos*, 48: 29-38.
- _____. (2002), “O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal”. *Revista de Sociologia e Política*, 19: 95-110.
- _____. (2006), “Seguindo Pierre Bourdieu no campo”. *Revista de Sociologia e Política*, 26: 13-29.
- _____. (2007), “Esclarecer o *habitus*”. *Educação e Linguagem*, 16 (10): 63-71.

Resumo

Bourdieu e a sociologia do esporte: contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos

Neste texto, está em pauta aquele que entendemos ser o principal legado teórico de Bourdieu para o estudo sociológico do esporte, qual seja, a sistematização de um *modus operandi* que permite compreender a estruturação dessa prática como um campo regido por leis de oferta e demanda e, na esteira dessa linha investigativa, demonstrar como o esporte é apropriado a partir de uma economia simbólica peculiar que atualiza as divisões do mundo social e, muitas vezes, reforça mecanismos de dominação. Para dar conta dessa análise, o texto foi dividido em três eixos de discussão. Na primeira parte, pretendemos recuperar a estrutura teórica que animou o empreendimento sociológico de Bourdieu. Já no segundo bloco analítico, procuramos restituir o modo com que o esporte foi concebido por Bourdieu como um problema sociológico. Por fim, recuperamos algumas críticas direcionadas na literatura sociológica ao referencial de Bourdieu

e sugerimos que uma “apropriação inventiva” de seu modelo teórico pode ser útil no intuito de interpretar alguns processos esportivos levados a efeito na sociedade moderna.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; Esporte; Sociologia.

Abstract

Bourdieu and sport sociology: contributions, scope and theoretical deployments

This text is in order that we understand to be the main theoretical legacy of Bourdieu to the sociological study of sport, namely the systematization of a *modus operandi* that allows us to understand the structure of this practice as a field governed by laws of supply and demand, and in the wake of this investigative line, demonstrating how sport is appropriate from a peculiar symbolic economy that updates the divisions of the social world and often reinforces mechanisms of domination. To account for this analysis, the text was divided into three areas of discussion. In the first part of the paper we recover a theoretical framework that encouraged the development of Bourdieu's sociological. In the second analytical block, it tries to restore the way the sport was conceived by Bourdieu as a sociological problem. Finally, we recover some criticism directed at Bourdieu's sociological reference to the literature and suggest that an inventive appropriation of his theoretical model may be useful to interpret some sporting processes carried out in modern society.

Keywords: Pierre Bourdieu; Sport; Sociology.

Texto recebido em 2/11/2015 e aprovado em 2/8/2016. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.106962.

JULIANO DE SOUZA é professor no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: julianoedf@yahoo.com.br.

WANDERLEY MARCHI JÚNIOR é professor no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. E-mail: marchijr@ufpr.br.